

O ESCRITÓRIO AVARENTO
(Apólogo dialogal segundo)
(1655)

SOBRE A INTRODUÇÃO DAS ARTES
(1675)

RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Volume 8

ISBN 978-85-89075-06-0

Melo, Francisco Manuel de.

O escritório avarento (apólogo dialógico segundo) (1655)
/ Francisco Manuel de Melo ; atualização de Maraci Rubin.
Sobre a introdução das artes (1675) / Duarte Ribeiro de
Macedo. - Curitiba : Segesta, 2007.

138p. ; 23cm - (Raízes do pensamento econômico ; v.8).

1. Economia - Obras anteriores a 1800. 2. Economia -
Portugal - Obras anteriores a 1800. I. Rubin, Maraci. II.
Macedo, Duarte Ribeiro de. III. Título. IV. Título : Sobre a
introdução das artes (1675). V. Série.

CDD (21ª ed.)
330.9

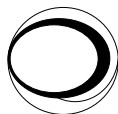
Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: MARA REJANE VICENTE TEIXEIRA

FRANCISCO MANUEL DE MELO

O ESCRITÓRIO AVARENTO
(Apólogo dialógico segundo)
(1655)

DUARTE RIBEIRO DE MACEDO

SOBRE A INTRODUÇÃO DAS ARTES
(1675)



SEGESTA
EDITORA

Atualização de *O escritório avarento*: MARACI RUBIN

Capa: DANIELA VICENTINI, sobre *Painéis de azulejos*. Séc. XVIII. Convento de São Francisco, Salvador – Bahia.

Editoração eletrônica e finalização: RODRIGO MICHEL FERREIRA

Revisão: SILVANA SEFFRIN



SEGESTA
EDITORA

Al. Princesa Isabel, 256 / ap. 24
Curitiba / PR
80410-110
Tel.: (41) 3233-8783
E-mail: segesta@uol.com.br
Site: www.segestaeditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
FRANCISCO MANUEL DE MELO	
O ESCRITÓRIO AVARENTO	15
NOTA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO TEXTO	17
PRÓLOGO	21
DUARTE RIBEIRO DE MACEDO	
SOBRE A INTRODUÇÃO DAS ARTES	89
NOTA ACERCA DESTA EDIÇÃO	91
Primeira Parte	
CAPÍTULO I	
DA SACA DO DINHEIRO DO REINO	93
CAPÍTULO II	
QUAL É A CAUSA DA SACA DO DINHEIRO DO REINO	96
CAPÍTULO III	
ESTE É O MESMO DANO EM QUE TEM CÁIDO E COM QUE SE TEM EMPOBRECIDO CASTELA	100
CAPÍTULO IV	
ESTE DANO NÃO É ANTIGO NO REINO	103
CAPÍTULO V	
QUAL PODE SER O REMÉDIO DESTE DANO	106
CAPÍTULO VI	
PROVA-SE A INFALIBILIDADE DESTE REMÉDIO	108
CAPÍTULO VII	
SE É FÁCIL NO REINO A INTRODUÇÃO DAS ARTES	109
CAPÍTULO VIII	
SE TEM INCONVENIENTE ESTA INTRODUÇÃO DAS ARTES	112

<p>CAPÍTULO IX PROVA-SE QUE NÃO TEM INCONVENIENTE, PELO EXEMPLO DAS DEMAIS NAÇÕES DA EUROPA</p>	114
<p>Segunda Parte</p>	
<p>CAPÍTULO I DAS GRANDES UTILIDADES QUE SE SEGUIRÃO AO REINO PELA INTRODUÇÃO DAS ARTES</p>	119
<p>CAPÍTULO II QUE A INTRODUÇÃO DAS ARTES EVITARÁ O DANO DO LUXO E DAS MODAS NOS VESTIDOS E ADORNOS DAS CASAS</p>	120
<p>CAPÍTULO III AS ARTES EVITAM A OCIOSIDADE</p>	122
<p>CAPÍTULO IV AS ARTES AUMENTAM O NÚMERO DE GENTE, E SE POVOARÁ O REINO</p>	125
<p>CAPÍTULO V CONTINUA A MESMA MATÉRIA</p>	127
<p>CAPÍTULO VI A FALTA DAS ARTES É CAUSA DA FALTA DE GENTE EM CASTELA</p>	129
<p>Capítulo VII QUAL É A CAUSA DE SE PERDEREM AS ARTES NA ESPANHA</p>	131
<p>CAPÍTULO VIII QUE A PORTUGAL, MAIS QUE A OUTRA ALGUMA NAÇÃO DA EUROPA, É ÚTIL E NECESSÁRIA A INTRODUÇÃO DAS ARTES</p>	133
<p>CAPÍTULO IX QUE A INTRODUÇÃO DAS ARTES FARÁ CRESCER AS RENDAS REAIS</p>	137
<p>CAPÍTULO X CONCLUSÃO DESTE DISCURSO</p>	138

APRESENTAÇÃO

Em meados do século XVII talvez já se pudesse, sem exagero, dizer que pouco havia ainda o que falar acerca do dinheiro, dado que tantos pensadores, desde os gregos, já haviam se dedicado ao tema.

Quem sabe se não por esta mesma razão, Francisco Manuel de Melo subverte a ordem e, ao invés de falar do dinheiro, faz o dinheiro falar dos homens?

O escritório avarento é, portanto, um texto bastante distinto dos anteriormente publicados pela Editora Segesta. Não porque se trate de uma obra comumente arrolada como literária, dado que desde o início dos nossos trabalhos sempre defendemos a idéia de que não há formas estanques para que se possa discutir as questões humanas. É diferente porque, ao contrário de todas as obras até agora por nós publicadas, *O escritório avarento* é a primeira em que são as moedas que analisam a sociedade humana, e não os grandes pensadores a elas.

O texto não é de leitura fácil. O pensamento português em meados do século XVII tem tantas e tão perigosas razões para esconder-se que, justificadamente, precisa pôr suas palavras na boca de moedas e, assim, expressar-se por vias bastante transversas.

O texto não é, como dissemos, de leitura fácil. Mas que deliciosa e profunda compreensão do mundo dos homens alcançarão aqueles que se dispuserem a dedicarlhe algumas poucas horas de atenção.

Atenção talvez seja a palavra-chave. Há pérolas e, até, brilhantes ocultos sob a aparência deste ingênuo tagarelar de umas poucas moedas presas na gaveta de um avaro.

Não se deixe o leitor enganar por esta aparência. Não se deixe arrastar para o que pertence apenas à história de Portugal e à história de uma época. Atenha-se àquilo que é universal e humano neste apólogo, sem esquecer que nada do que é humano lhe é estranho.

Em verdade, o que poderiam estas moedas dizer acerca dos homens e que não fosse já de há muito conhecido? Que por dinheiro os homens são capazes de fazer qualquer coisa? Que por dinheiro um pai é capaz de vender o filho ou este ao pai?

A grande novidade que uma leitura atenta de *O escritório avaro* poderá trazer é, precisamente, ultrapassar o nível da pura condenação da paixão humana pelo dinheiro. Só assim se poderá descobrir a faceta progressista e revolucionária que tem o dinheiro quando torna possível comprar trabalho. Esta qualidade do dinheiro, que hoje nos parece tão natural, foi, um dia, produzida e Francisco Manuel de Melo nos ajuda a percebê-la quando vincula a utilidade do dinheiro à necessidade histórica das classes, levando uma das moedas a inquirir: “Sem interesse, quem passaria trabalhos? E, sem trabalho, como se venceriam as dificuldades de que o mundo é composto?” Por isto mesmo insiste o dinheiro em vangloriar-se de ser “...a melhor invenção do mundo. Falai-me no que vale e no que descansa estar um cidadão em sua casa dormindo regalado, seguro e quieto, em noite tempestuosa (...) e, a troco de uma pequena migalha de prata e ouro, estar o miserável pescador lutando com a morte (...) para lhe trazer de

madrugada o guloso besugo ou o pintado salmonete que lhe vem como pintado para jantar à sexta-feira!”

O dinheiro não é responsável pela criação ou existência das classes, mas para Francisco Manuel de Melo a sua posse confere aos diferentes indivíduos uma justa desigualdade que, se não é mais de origem divina, como havia sido para a aristocracia, nem por isso confere menos nobreza. Se os homens são iguais por natureza – como se começa a proclamar na época –, o dinheiro pode conquistar-lhes uma poderosa desigualdade. Se esta nova desigualdade – a das classes sociais – gera conflitos, estes não devem ser imputados ao dinheiro, mas ao mau uso que se faz dele, já que, em seu linguajar, [o problema] “não consiste na desigualdade com que a sorte nos repar-tiu, senão no errado uso”.

É o dinheiro, ainda, que nos informa que por bom uso, “o melhor de quantos há”, devemos entender – e nesta questão os dois autores que compõem o volume compartilham da mesma posição – aquele que o destina à compra de trabalho.

O outro texto que compõe o volume, *Sobre a introdução das artes*, de Duarte Ribeiro de Macedo, data desta mesma época. Há, entre os dois textos, um certo diálogo em que a leitura de um permite entender melhor o outro. Tratam ambos – ainda que de forma muito distinta – da mesma questão, isto é, que destino deve a nação, no caso específico de Portugal, dar à riqueza. O leitor que conseguir abstrair o específico verá, no entanto, que esta é sempre a questão crucial da sociedade humana. Porque a riqueza socialmente produzida precisa ter sua utilização socialmente justificada. Repugna à sociedade ver sua riqueza inutilmente entesourada num escritório avarento, ou num paraíso fiscal. Assim como lhe repugna vê-la

transformar-se não mais em força propulsora do progresso e desenvolvimento, mas em concentração parasitária e estéril. Nas questões humanas, a utilidade é uma variável sempre presente. Assim, as respostas sobre o que fazer com a riqueza produzida poderão ter tantas variáveis quantas são as forças sociais que compõem o panorama de uma época histórica. Mas elas terão que levar em consideração, sempre, estes ditames sociais.

À época da publicação destes textos, uma parte da Europa, Portugal sobretudo, vivia um período de intensa subversão. O descobrimento do caminho marítimo para as Índias, e a seqüência de grandes descobrimentos que se lhe seguiram, abriu as comportas da pequena nação a uma enxurrada de riquezas, de certo modo inesperadas. Ouro, prata, sedas, canela, pimenta, trabalhadores – escravos ou não – tudo isto, repentinamente, atulhou Portugal. Trazidos pela enxurrada, vieram homens de várias línguas, várias culturas e, sobretudo, várias religiões. A historiografia tem reservado a denominação de Novo Mundo às regiões então descobertas. No entanto, se bem vistas as coisas, é na Europa, em Portugal, que se está gestando um mundo radicalmente novo. Nada, no antigo mundo, parece mais funcionar. A riqueza acumulada em Portugal não é a responsável por esta situação, mas é em torno dela que as forças sociais se enfrentarão. O que fazer com a imensa riqueza que se acumulou no país? Usá-la para o engrandecimento da casa de Deus, pois que tudo se deveu à Sua Vontade, ainda que a Igreja condenasse como heréticos os que afirmavam que a terra era redonda? Para armar novos cavaleiros? Construir magníficos palácios? Ir a novas guerras de conquista em busca de muitas riquezas mais?

O destino que uma nação deve dar à sua riqueza – já o dissemos – constitui-se num dos mais graves problemas sociais. Os interesses dos diferentes grupos da sociedade são, não raro, antagônicos. A história tem sido, até hoje, dizia Guizot, a história da luta de classes.

Os textos que ora publicamos nos permitem acompanhar parte da luta que então se travava para dar à riqueza que se acumulara em Portugal um destino mais produtivo. Uma força poderosa argumentava que utilizá-la na produção geradora de lucros era a única solução justa e humana possível. Foram à luta para defender esta posição. Acreditavam que nenhum uso do dinheiro poderia ser mais justificado do que aquele que se utilizava em empregar o trabalhador. No entanto, dado que os problemas sociais são, sempre, historicamente datados, as soluções que a sociedade encontra para eles não se prestam a novas situações. Nem problemas nem soluções voltam a repetir-se. A justificativa social para a distribuição da riqueza numa determinada forma social não tem legitimidade quando referida a uma outra ordem social.

Assim sendo, o que ouviríamos nós se pudéssemos, ainda que hipoteticamente, entrar, hoje, num destes tantos paraísos fiscais que existem pelo mundo e ver o que a nosso respeito diz o dinheiro? O que será que conversam as moedas em meio ao jogo das bolsas de valores das grandes potências? Que soluções propõem para a distribuição da riqueza social?

O EDITOR

30A
APOLOGOS
DIALOGAES,
COMPOSTOS

PER
D. FRANCISCO MANOEL
DE MELLO,

VARAM DIGNO DAQUELLA ESTIMACAM
*que o mundo, em quanto vivo, fez da sua pessoa, & depois
de morto conserva ao seu nome.*

OBRAPOSTHUMA,
& a mais Politica, Civil & Gallante, que fez seu Author.
OFFERECIDA AO PRECLARISSIMO SENHOR

D. ANTONIO ESTEVAM
DA COSTA,

Armador mór de S. Magestade, &c.

PER
MATHIAS PEREYRA DA SYLVA



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de MATHIAS PEREYRA DA SYLVA
& JOAM ANTUNES PEDROZO.

M. DCC. XXI.

Com todas as licenças necessarias.

O ESCRITÓRIO AVARENTO
(Apólogo dialogal segundo)
(1655)

Francisco Manuel de Melo

NOTA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO TEXTO

Atualizamos para o português brasileiro um dos Apólogos Dialogais, *O escritório avarento*, de D. Francisco Manuel de Melo, de 1655, publicado postumamente em 1721, juntamente com os outros três apólogos. A atualização deste texto teve como base a fixação de Pedro Serra (Coleção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Séc. XVII). Também a fixação de 1900, esta encontrada na Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, e a de 1959, do professor José Pereira Tavares, encontrada na Coleção de Clássicos Sá da Costa, contribuíram para este nosso trabalho, uma vez que em alguns trechos concordamos mais com a interpretação dos textos de 1900 e de 1959 do que com a de Pedro Serra, e também porque usamos várias das modernizações e esclarecimentos ali feitos.

Esta não é uma obra para peritos. Nossa intenção é facilitar a leitura de *O escritório avarento* pelo leitor brasileiro não especializado em textos seiscentistas, mas sem nos afastar muito da obra original (lembramos que para nós a obra original é a fixação de Pedro Serra). O texto barroco é essencialmente longo, complexo, rebuscado, denso, com muitas figuras de linguagem, pleno de sentenças subordinadas, apostos, com muita inversão da ordem vocabular, fatores esses que impõem dificuldades ao leitor contemporâneo, podendo levá-lo a desistir da leitura. Ademais, o emprego de vocábulos eruditos, alguns ainda presentes na língua literária e outros já não, e o uso de

pronomes duplos, fenômeno apenas do português europeu, agravam esse quadro para o leitor brasileiro. Portanto, para que o texto se tornasse mais natural, mais claro para o leitor contemporâneo, tomamos liberdades, fazendo algumas modificações quanto a vocabulário, pontuação, ordem de palavra, ortografia, paragrafação, etc.

Como disse Carlos Aranibar (1991) em suas normas da edição dos *Comentarios reales de los incas*, pontuar um texto é irremediavelmente interpretá-lo. Portanto, aqui corremos o risco de fazer algumas interpretações diferentes das pretendidas pelo autor. Mas achamos que vale a pena correr esse risco, porque as mudanças feitas tornam o texto mais acessível a um número muito maior de leitores.

Maraci Rubin

A Nuno da Cunha de Eça, Cônego Magistral da Sé de Lisboa.

PRÓLOGO

Porque nada faltasse ao dinheiro, já não lhe faltava senão falar. Antes, se contentou com a voz dos efeitos; mas agora despreza os efeitos sem as palavras, ou os troca por elas. Deus nos valha, Senhor, contra tal inimigo! Pois se, quando mudo, leva a melhor de todos, eloqüente que será de nós? Contudo, se mais atentamente considerarmos quando foi calado, acharemos que nunca. Porque, quem jamais se viu tão eloqüente? Que Demóstenes persuadiu tão bem como ele? Que Quintiliano orou tão suavemente? Digamos, logo, que não é de agora que o dinheiro fala, nem é de agora que ele é ouvido, mas só ainda agora nós o confessamos.

Esta consideração, que, apesar dos estóicos, ocupou por muito tempo minha mente, não sei se como lástima ou inveja, me arrebatou quase violentamente não só a conhecer, mas a ponderar as verdades ou mentiras que em si esconde, os danos ou confortos desta ilusão que anda entre os homens, a que chamam riqueza. Era forçoso traduzir neste papel aquelas idéias que me oprimiam. E, porque o preço de tão grande matéria (pois é a coisa que mais tem preço no mundo) requeria um estilo excelente, já muito distante da minha pena (e muito mais quando vos escrevo, visto que a amizade aborrece o artifício), foi necessário que, em seu lugar, usasse deste nosso modo familiar, amigo e inteligível, para que, por meio da clareza e da confiança, possam ficar seus descuidos desculpados.

Da mesma maneira que quem apresenta uma rica jóia não se interessará muito que a caixa seja ou não de alto preço e, ao contrário, quem dá de presente algo de pouco valor se desvela pelo asseio e pela majestade da vasilha, da mesma maneira estas minhas observações têm a ousadia de se mostrar diante de vós envoltas em comum eloqüência. E certificando-se pelo que são, não pelo que parecem, acolhei-as bem. Nunca a formosura é mais lustrosa que quando a nós se oferece sem adorno. O maior valor despe as armas na batalha e, por isso, a minha idéia, indo desornada, entende que vai bem composta. Além de que, os esmaltes da erudição que lhe faltam, vós sabereis dar nas emendas que lhes fizerdes, deixando assim a obra rica, seu protetor afamado, seu autor agradecido.

O engenho humano, como os próprios humanos, necessita de alguma variedade para que produza obras convenientes. Eu, que há muitos anos tenho a escrivãzinha por barco e a pena por remo, confesso-vos que, às vezes, aflito e desesperado, largo a rédea do pensamento ao pescoço da fúria que, arrastando, me leva para onde quer; mas, quanto menos forçada, por desvios menos perigosos me leva. Achava-me a este tempo escrevendo, em benefício da pátria, uma matéria grave e, por isso, melancólica. Quis minha sorte que nestes mesmos dias me faltassem alguns documentos pertinentes ao sujeito da obra. E porque eu ficava ocioso (que é para mim uma forma de descanso muito mais pesado que o próprio trabalho, que serve de alívio) enquanto outros trabalhavam para juntá-los, procurei uma maneira para, nesse ínterim, desafogar o engenho ou diverti-lo em mais aprazível ocupação. Porque, haveis de saber, amigo, que nosso entendimento é como a teta da mulher que cria, a qual, se amiúde não

despeja aquele leite que está produzindo, em vez de se poupar, se estraga.

Por isso, em meio a tantos incômodos que padeço, vereis que me entrego a obras semelhantes, cuja diferença e desigualdade das comuns são os maiores incentivos para elegê-las.

Não julgo esta obra por mim, tampouco a avalio como tão boa que peça que a vejais com toda a atenção que os maiores estudos merecem de vós. Porém, não ouçais esta nova porfia¹ como ouvis talvez outras que vos serão mais enfadonhas – o que esta não será nunca, porque se acaba (notai bem) uma hora antes que vos falte o gosto de prosseguir-la. Deus vos guarde.

Bahia, em 13 de novembro de 1655.

Dom Francisco Manuel de Melo

1 Discussão.

INTERLOCUTORES

Um Português fino
Um Dobrão castelhano
Um Cruzado moderno
Um Vintém navarro

Português: Já vos disse, meus senhores, como era português, nascido e criado na Casa da Moeda de Lisboa? Haverá hoje isso? Sim, haverá o melhor de cento e cinquenta anos! Contudo, meus antepassados vieram da África, e eu, pela graça de Deus, de ser velho me consolo em ser cristão-velho, e não judeu ou mouro, como bem mostra a cruz² deste hábito de Cristo que trago no peito, e que el-Rei me mandou lançar no berço, tanto pela antiga nobreza de meus antepassados (porque não há veia de sangue mais real do que a veia do ouro), quanto pelos serviços que de mim esperava Sua Alteza, sendo certo que não têm os príncipes, para o sucesso da guerra e paz, criado melhor lei do que o dinheiro desta nossa nação. Reinava naquele tempo em Castela D. Fernando V, a quem, não sem injúria dos outros reis católicos, parece que deram para chamar de Católico. Vendo-se este com ouro em abundância, que o tolo do Cristóvão Colombo à força lhe meteu em casa, mandou cunhar certa moeda de vinte e cinco reales de

2 Essa cruz é o emblema da Ordem de Cristo.

peso, à qual chamou Castelhanos. Correu com ela sua fama. E, vindo às orelhas do nosso rei D. João II³, que não sofria cócegas na grandeza, disse: “Ora bem está. Se em Castela há Castelhanos de tanto preço, eu mandarei fazer em Portugal Portugueses. E que cada um valha por sete Castelhanos.” Dito e feito. Lavraram-nos do ouro mais fino das Minas de São Jorge, e valem sete vezes vinte e cinco reales, que soma em português miúdo sete mil réis. Sem outro aparato que esta cruz e essas quinas⁴ que trazemos às costas (ela nos serve de espada, e elas, de escudo, com que confiadamente atravessamos o universo), logo ficamos benquistos, bem hospedados e melhor guardados pelas pessoas (oxalá não nos guardassem tanto!), o que eu sempre experimentei. Até que, por má sorte, fiquei sob o poder deste maldito rico avarento. E, como vós outros, há tantos anos não faço nada a não ser gemer e chorar minha triste sorte. Enquanto mil moedinhas falsas por aí ocupam as mãos dos príncipes e os olhos do povo, eu, pobre de mim, sendo ouro fino de vinte e quatro quilates, me vejo preso, inútil e esquecido, sem ser visto pelos homens, que a necessidade me deu como criados, ou pelos grandes, que a cobiça me destinou como amigos; nem posso, enfim, olhar a face do sol que me engendrou, e passo minha vida miserável aferrolhado nas malditas masmorras destas gavetas, que, vivo, me servem de sepultura. Mas vós, que de lá me falais tão sentido, parece que em língua estranha, segundo duvidosamente vos percebo, dissei-me quem sois, e por que obra infausta do destino viestes a ser meu companheiro nesta escravidão.

3 Reinou entre 1481 e 1495.

4 Quina é cada um dos cinco escudos que figuram nas armas de Portugal.

Dobrão: Longo é o período dos meus trabalhos, amigo Português; porque sem dúvida viemos ao mundo como instrumento deles, como o martelo na bigorna, que não dá golpes maiores do que os que recebe. É verdade que por nós padecem os homens grandes danos; mas os que nós padecemos por eles não são pequenos. Finalmente, eu, senhor Português, sou o Dobrão castelhano, tão conhecido e nomeado por todas as nações, onde vivo como natural de todas; donde procede o meu embaraço, sem que ao certo possa afirmar qual é a minha própria nação. Os sinais que acho em mim me persuadem a acreditar haver nascido em Castela, mas não posso afirmar se em Sevilha, ou se em Segóvia, já que anos e desgostos cansam não só a memória, mas o juízo das pessoas.

Português: Assim é. Porém, agora que melhor vos esforçastes para ser melhor ouvido, entendo que as linguagens não se trocam em vossa boca, que é, falando em bom português, tolice de quem finge e desgraça de quem padece.

Dobrão: Eu procurarei animar-me, enquanto dura a ocasião de aliviar-nos. Mas, segundo creio, muitas outras pessoas se intrometem na conversa.

Português: Sim, porque é sem número o número de infelizes.

Dobrão: Não estão longe, a meu ver.

Cruzado: Perto, e muito perto estamos, senhor Português.

Português: Quem me chama aqui pelo meu nome, que é nova obrigação de lhe valer, segundo o *Livro do duelo?*

Cruzado: Um pobre cavaleiro africano, com o mesmo hábito que vossa mercê.

Português: Português de nação?

Cruzado: Sim, senhor, e assaz nobre, embora de linhagem moderna; mas ilustre pessoa, e não devemos nada a ninguém.

Português: Por esse sinal, não passas por nobre fidalgo. O vosso nome?

Cruzado: Cruzado me chamam.

Português: Homem sois que nunca vi em meu tempo, se bem que já ouvi nomear-vos. Mas, seja qual for o nome, a enorme riqueza do traje nos faz parentes; porque a semelhança dos sucessos e dos humores é pai e mãe das simpatias.

Cruzado: É o que eu próprio experimento, sentindo uma íntima consangüinidade com todas as desgraças; e padecer as desgraças alheias como se fossem nossas não é a menor das desgraças de que padeço.

Português: Resguardai-vos disso. Como dizem por aí, ninguém se faça mel, porque as moscas o lambeirão. Quem há muito de condoer-se, não deve desperdiçar as lástimas com quem não as pede; aliás, em relação a isso, já ouvi um sábio dizer: homem que tem que chorar muito, chora pouco. Além de que tempo, amor e dinheiro não se podem gastar, salvo com quem muito os merece.

Cruzado: Cedo começais a doutrinar-me, para que sinta mais quão tarde fui seu discípulo.

Português: O ensinamento do tempo é vagaroso mas firme. A muitos chega primeiro o aviso que a experiência. Mas eu nunca me fiei em juízos amadurecidos artificialmente, porque são como ameixas mozinhas⁵ que, por causa do vinagre, amadurecem antes do tempo, perdendo o gosto, a formosura e a saúde, imediatamente. Não sereis vós destes, porque também há talentos tão férteis como parreiras de S. Tomé, que dão fruta duas vezes por ano.

Cruzado: Advertências e lisonjas cabem pior num saco que honra e proveito. Mudai de estilo ou mudarei de lugar.

Português: Que seja, desde que me digais quem é esse que sorri ou rosna quando eu falo.

Cruzado: Tenho aqui um velho criado meu que me criou, homem daquele bom tempo em que a pobreza não impedia o bom contentamento.

Português: Como é a sua graça?

Vintém: Se por sua desgraça houvéreis perguntado, devagar vos pudera satisfazer. Mas, por sua graça, respondo logo! O meu nome, com perdão, é Vintém navarro.

Português: Melhor nome tendes para doutor que para moeda...

5 Variedade de ameixa.

Vintém: Vedes isso? Pois dizia-me minha mãe, Deus lhe perdoe, que me chamavam assim Vintém porque havia de valer por vinte; como quem diz: vinte tem.

Português: Sina de mãe é como tesouro de moura-encantada⁶: ao primeiro és não és, eis carvão tudo⁷.

Vintém: Sou menos que carvão, porque sou todo cinza, de tão velho.

Português: Não o pareceis na fala, que é sutil, e tem um retintim bem engraçado.

Vintém: Nunca espereis alcançar o verdadeiro conhecimento das coisas por aqueles que se podem fingir.

Português: Logo, ninguém será conhecido, pois todos vivemos simulados.

Vintém: Sim, pode ser, porque as obras são contrastes⁸ das intenções e pedra de toque dos ânimos.

Português: Dai-as, dai-as a Deus, porque mesmo nas obras não me fio, porque há mais obras falsas que verdadeiras hoje no mundo. Bem sei que muita desconfiança é manha ruim, e de vilão ruim.

6 Entidade fantástica, com tipo de mulher morena, a qual, segundo a crendice popular portuguesa, vivia nos rios e nas fontes, sempre de vermelho, penteando sempre os belos cabelos pretos.

7 Antigamente os tesouros se enterravam com carvão, para não se corromperem.

8 Avaliação do quilate de metais e pedras preciosas.

Vintém: As más obras dos nobres fizeram tão mal a eles.

Cruzado: Para que mais porfias? Cala-te, amigo navarro, que o pouco dinheiro sempre foi mal ouvido.

Vintém: Por Deus, vos direi: muito e pouco, tudo é igual; e era bom que nenhum fosse escutado, porque suas vozes são mais traiçoeiras que os ais dos lagartos do Nilo. Dizem que Alexandre injuriava um dia fortemente certo pirata que, com os remos de duas pobres barcas, lhe açoitava o reino nas costas macedônicas. Ao que lhe respondeu o velhaco, sem se aborrecer: “Tá, tá, senhor Alexandre, não me maltrates, que tu e eu, ambos, temos cada um o seu ofício, mas com uma diferença: que a ti, as pessoas te saúdam como monarca, porque roubas o mundo cercado de exércitos; e a mim, me infamam de corsário, porque com poucos companheiros faço pequenos danos.” Eis aqui como os homens fazem suas medidas.

Português: Por certo, se a discrição dá valor, podeis dizer quanto quiserdes.

Vintém: O mais certo é dizer que a valia faz discretos, coisa com que eu estou a fogo e sangue. Passe que a fortuna faça os homens maiores do que são, subindo-os sobre os pedestais dos altos postos, que ela lhes mete debaixo dos pés; mas que além disso queira também estirar-lhes o entendimento, isso já é demais.

Português: Antes então confessa ela que os grandes devem ser entendidos; depois, não achando neles verdadeiro juízo, lhes dá um falso, pelo menos, advertindo-nos de que há tanta falta de entendimento nos maiores que, logo que

os engrandece, lhes deve buscar um talento que se ajuste à forma de sua ventura.

Dobrão: Senhores, tratemos agora de nós, e deixemos o mundo, para não incorreremos na maldição de uns canalhas que, não sabendo regeer-se a si mesmos, anseiam governar os monarcas.

Vintém: Pois acrescentai que ainda é maior o desamparo dos príncipes, que por tais pessoas se governam.

Cruzado: Não fez assim aquele grão-turco (só assim ele é grande), quando em nossos tempos mandou espetar o judeu português alvitreiro que lhe propôs se fizesse pontífice de seus vassalos, dispensando-lhes os impedimentos da natureza a peso de ouro.

Vintém: Contudo, uma coisa malfeita fez então esse cão.

Português: Que tendes a condenar em ação tão justa?

Vintém: Ora, simples. Sabeis qual? Não mandar mostrar pelo mundo a pele do justicado cheia de palha, como quem pede com pele de lobo, para exemplo dos reis e medo dos devassos.

Dobrão: Outra vez nos enredamos em políticas escusas... O mesmo que abominamos, cometemos.

Vintém: Não te espantes, que o dinheiro é o melhor conselheiro de estado que têm os reis; porque, como disse não sei quem, a majestade sem a potência é gigante de palha. Por isso, os antigos espanhóis, simbolizando o poder dos

nobres, lhes deram como insígnias o pendão e a caldeira. Por isso aqueles sábios de Atenas proibiam com lei áspera que ninguém desse conselho sem dar remédio. Se isto é assim, e visto que nós somos o verdadeiro e geral remédio dos monarcas, só nós devemos ser seus conselheiros.

Dobrão: Isso está bem; mas falemos em nosso caso, que é o que vem ao caso.

Português: Dizei. Ora vinde já com esses vossos artigos de nova razão, que nos embargam toda e qualquer digressão.

Dobrão: Digo, pois (como a este senhor Cruzado lhe parece), que já que por ilusão ou prodígio gozamos o soberano dom de voz e juízo humano, empreguemos estas breves horas no que mais importa: tratar do que convém à nossa liberdade, sem nos distrair com a extravagância dos acidentes do mundo, que não nos foi encomendado.

Português: Tem razão o castelhano.

Vintém: Também é um dos milagres deste dia que um português ache razão no castelhano!

Português: Mal é, e pior seria, se nós lhe pedíssemos que em nós a achasse; mas bastou que Deus em nós a descobrisse.

Dobrão: Por isso se diz lá na minha terra: “Antes inveja que mansidão.”

Português: Olhai, entre os sábios não há nações. Eu não sou natural senão da verdade. Mas vós outros, entregovos nas mãos de S. Bernardo, sois terríveis!

Dobrão: A desgraça faz de todos um, e embaralha bens e males. Pois aqui estamos todos cativos, então que não haja mais meu e teu.

Cruzado: Tem razão. E, para tornar a conversa mais agradável, e mais segura nossa determinação, bem a propósito será, cada qual de nós, todos juntos, contar a sua vida, para que cada um saiba em quem se fia.

Português: A grande pena me obrigareis, sendo certo que as mágoas na alma são como as setas no corpo, que fazem maior ferida na saída do que quando entram; o que aquele que as padece só sente quando forceja para arrancá-las.

Dobrão: Para isso se fizeram os infelizes; para que até eles próprios tenham mão contra si mesmos.

Cruzado: Parece que venceu em votos que digamos o que nos lembrar de nossos sucessos.

Dobrão: Quem lhe dará princípio?

Cruzado: O Português, que é mais velho.

Português: Renego da dignidade que nos pertence por via dos anos ou das desgraças.

Vintém: E tu fazes isso diferente?

Cruzado: Todos esperamos ouvir-te.

Vintém: Ouve e cala.

Dobrão: Escuto.

Português: Digo. A coisa mais antiga de que me lembro em minha vida é que, não sei por que rodeios, me achei em poder de um grande, com outros parentes meus de meu tamanho, ao qual servíamos. Queria-nos ele tanto que, por mais que o seu intendente às vezes lhe requeria que nos trocasse, porque a família estava perecendo por falta de dinheiro, nunca jamais houve remédio. Um filho seu pediu-lhe réis (que ainda era tempo disso), e bastou alegar-lhe ser coisa de príncipes para que logo nesse momento nos entregasse, a mim e a cinco camaradas, nas mãos do moço, que já não via a hora de nosso desbarate. Confesso-vos que folguei mudar de companhia. Era eu também mancebo, e parecia-me que toda mudança era melhora; e foi assim que, apenas aquele senhor se afastou do pai, vi minha vida na balança, e o corpo nas balanças de um ourives, a quem se perguntava o valor de minha pessoa.

Vintém: Por isso eu digo que, para que um homem de bem não se veja na condição de que outrem lhe ponha o preço, antes ser caranguejo mouro que Português de ouro.

Português: E sobretudo preço de Português, que é de todos o mais incerto! Saí finalmente avaliado, e por mim, os outros. Ah! Se todos os homens fossem iguais no valor como o são na aparência! Nosso bom amo derramou lágrimas por nos trocar em miúdos, a fim de satisfazer seu par de apetites; e o fizera, certamente, para não opor-se ao bom zelo de um criado seu, que nos trazia na mão direita (e a ele também). O criado, fazendo um lance de enxadrista (ou de criado, que ainda é mais astuto...), lhe aconselhou que nos desse todos de presente à senhora

fulana, porque ela o merecia no amor e na lealdade. Eis-me nas mãos da moça, a quem o malvado nos levou com um recado mais longo do que os olhos com que ela o esperava. Pouco me detive naquela casa porque, nas mãos desta, lhe rebenta o fel ao ouro antes dos três dias. Muito antes, caminhava eu já para a rua Nova, onde brevemente me vi vendido pelo preço das calças e do pelote⁹ do patife. Porque, como o sol traz consigo a sombra, como as sombras trazem consigo os medos, traz o vício o inconveniente às costas, sendo uns erros justiça dos outros, mas algozes, muitas vezes. Vos digo isso porque ainda tenho presente o escândalo dos embustes, das trapaças, enfim, das traições que ali ouvi o seu criado e sua amiga concertar contra o pobre do meu senhor. Vede que aquelas duas boas peças cumpriam as obrigações de seus ofícios! Ora, o tratante, em me recebendo, sepultou-me em caixa, como eles dizem (ou em ataúde – como sepultado, até isso tive!), registrando o dia e a hora de minha entrada, como fazem com enfermo de hospital, o que logo vi como agouro de morte. Lá, achei companheiros de todas as laias, e moedas de todas as leis, algumas tão falsas como a de meu amo. Nunca padeci maior enfadamento, vos digo, que no calabouço daquele mesquinho tão esmerado em seu ofício que, por suspeitar que nos gastamos uns com os outros, empapelava à parte cada moeda de ouro como chapim¹⁰ de Valença. E, gastando muito papel para nos fazer roupa branca, afirmava que evitando roçaduras ganhava cinqüenta por cento. Vendo-me assim só e desesperado, minha ocupação era um contínuo lamento.

9 Espécie de casaco sem mangas.

10 Sapato de senhora, de várias solas de cortiça.

Até que Nosso Senhor quis trazer à loja um pretendente que, à força de rogos e importunações, comprou a mim e a três ou quatro, para nos mandar de presente a certo ministro, de quem dependiam seus negócios. Eram de ouvir as lástimas que o triste nos dizia em nos vendo, e vendo que éramos seu sangue, e que era preciso derramá-lo! Ouvindo-o, considerava eu a miséria daqueles infelizes, que não deixam que o próprio inferno preste a outros. A grande maioria rouba a república tão miseravelmente que, de sua própria perdição (como se fosse um indulto de outro tempo), pagam meia anata¹¹. Já que a perda há de ser toda sua, por que não o será o proveito? Em tão penada e tão penosa taça lhes dá o engano seu próprio castigo para beber! Tomou-nos enfim e nos acomodou em uma bolsa cheirosa, com mais cordões verdes e borlas no cabos que chapéu de bispo armênio. Subiu à sala daquele déspota que, em audiência pública e em dia claro, roubava, notai bem, como em Val de Cavalinhos. Chegou-se o pobrete com passos hesitantes e tão desconfiado, como se fosse pedir o mesmo que levava, e lhe disse: “Senhor, esta manhã, ao descerdes da mula nas escadas do paço, vos caiu esta bolsa, cujo achado estimei mais que um tesouro; não sei o que traz dentro...” Fez carranca o supracitado; mas, caindo tão depressa na conta quanto na tentação, deu com amor os dedos, e recebeu a oferta com desprezo, para não se empenhar nas demonstrações de obrigado. Achei eu muita graça na diligência com que se meteu no acontecimento porque, de repente, olhando para um criado (arlequim daquele jogo) lhe disse alto, perante todos:

11 Imposto pago à Igreja, que consiste na renda do primeiro ano de benefício, ou a soma que se dava a esse título por convenção.

“Agora te dispense os esforços! Aqui está o bolsinho que te mandava buscar agora. Ainda há homens de consciência no mundo!” E recolheu-se, não faltando um circunstante que jurasse como ele, ao dar-lhe o estribo, entrevira a bolsa cair no chão. Oh, valha-me Deus, o quanto mexeu comigo aquele modo de lograr! Notava muito para comigo a isenção de quem recebia, a vileza de quem dava, o engano dos confirmantes e confirmadores, o artifício dos criados, a credulidade dos requerentes e, enfim, enfim, o desaforo de todos.

Vintém: De pouco vos espantais, se sois tão antigo.

Português: São malícias em moda, que não se usaram na minha mocidade.

Vintém: Sabei que cada dia o mundo amanhece semelhante, e que a estranheza não está nos modos, senão nos tempos. Males houve, males há, males haverá. Mas como dos passados falamos de ouvir dizer, dos futuros falamos em receios, damos somente fé do que experimentamos. Donde vem que os males presentes nos parecem maiores, que a experiência é sentimento mais palpável que a admiração do passado e que a cautela do futuro.

Cruzado: Cala-te, não interrompas!

Vintém: Oh, deixa-me! Que uma conversa sem reparos é como vestido sem guarnição!

Português: O meu senhor ministro recolheu-me na algibeira (como vos disse), e entregou os companheiros à sua esposa que, em obras pias de mandar encomendas a terras

de pagãos, trazia empregados à usura o seu cabedal e os alheios. Eu, por ser mais prazenteiro, fiquei em campo, onde servi os meus três anos como fronteiro de África, com armas e cavalo pagos à minha custa. Que coisas ali vi! Tanto para ver! Enfim, eu fui o Cerro de Potosí¹² daquela casa. Se meu amo jogava, a troco de não me trocar, não pagava jamais o que perdia; se comprava, para não se desfazer daquela peça, nunca retribuía as coisas que lhe vendiam. Se lhe pediam esmola, era eu sempre muito dinheiro para ser dado de uma só vez a um homem pobre; se devia, era pouco e, quando satisfizesse o mais, satisfaria o menos. De tal modo que sempre ficava intacto e, à minha sombra, o resto do dinheiro da casa. Ponham-se de lado os ostendes¹³ de Flandres, as inclusas da Holanda, os brisaques de Tirol, os zantes de Veneza, que eu fui sempre (em poder deste) o mais firme e seguro baluarte. Mas, porque o destino é como o furão que, por costume, persegue os mais amigos, chegou o meu destino à sua hora, ordenando que uma escrava da casa, que estava espanando o vestido, espanasse a mim também do bolsinho do meu amo, para contribuir com os ganhos de um músico vadio que, a poder de xácaras¹⁴ e seguidilhas¹⁵, a trazia subjugada. Vede, ora, o jogo da sorte, e contemplai de que maneira em mim se fez tal mudança, como descer da algibeira perfumada de um ministro aos asquerosos

12 Localizado no atual território da Bolívia, o Cerro de Potosí é uma jazida de prata, descoberta casualmente em 1545 por um indígena. As várias minas que ali se abriram fizeram do cerro o principal centro produtor de prata do período colonial no mundo.

13 Estes, como os seguintes, são nomes de moedas antigas.

14 Canção narrativa de versos sentimentais, popular na Península Ibérica.

15 Dança popular espanhola.

entreforros de um pajem! A tudo me acomodei, discursando que, nestes dados do tempo, não há (por mais que digam os infelizes), maior número de azares que de acertos. E foi assim que os próprios dados aquela vez me fizeram forro ou melhoraram meu cativeiro, porque, indo o sujeito parar na mesa de jogo do Terreiro do Paço, por determinação de um *dois* e de um *ás*, passei, de repente, ao poder de um certo alferes, pessoa abalizada entre os desta arte. Alegrei-me então comigo mesmo, entendendo que poderia luzir muito na guerra.

Vintém: Segundo os amigos que deixastes na Corte...

Dobrão: Pois que relação tem a Corte com a guerra?

Português: Difícil tecla tocastes, mal soante, por certo, aos ouvidos que amam a harmonia do mérito e do galardão.

Cruzado: Onde se canta essa música?

Dobrão: No coro dos bons propósitos.

Vintém: Deixemo-la para dia de festa.

Cruzado: Será a maior do ano.

Português: Continuando. O meu alferes era mancebo de brio.

Dobrão: Assim o havia de ser por força, para que se cumpra o provérbio: capitão valente, alferes brioso, sargento solícito.

Português: Que mal se guarda¹⁶ essa lei!

Vintém: Antes bem; mas guarda-se na gaveta, como dizia o outro. Mais sólidos são os dez mandamentos e, quanto mais fracos vemos os homens, mais facilmente eles os quebram.

Cruzado: Marchai já com esse vosso alferes, senhor soldado, e prossegui.

Português: Passava então um regimento a Flandres; meu amo alistou-se na expedição na qual, em breve, nos vimos engalfinhados com uma grande frota da Holanda, no canal da Inglaterra.

Vintém: Ora, ainda que me repreendais e me expulseis da conversação como moeda de pouco valor, eu não posso perdoar a insensatez de pessoas que, sem quê nem para quê, sem tir-te nem guar-te¹⁷ (que viva o leão de Espanha ou viva o príncipe de Orange), se matam e se consomem a fogo e sangue, com terror dos mortos e estrago dos vivos, fazendo crer aos montes da terra e aos golfos do mar que o mundo está destruído. E, o melhor de tudo, e do que eu acho muita graça, é que nessas mesmas horas em que eles jogam a morte ou a vida, esses mesmos leões e esses mesmos tigres, por cujas vidas os outros estupidamente perdem as suas, estão repousando no inverno entre os aposentos, enroupados de ouro e de seda, e no verão, passeando por jardins cheirosos, sem saberem quem

16 Cumpre.

17 Sem cerimônia.

são os mentecaptos que se matam para que eles vivam. Nem às suas vidas importa que estes se matem com um só dia de vantagem, além dos que lhes estão prometidos. Mal por mal, melhor estou com o costume de brindar à saúde do que com o dar vivas, porque é menos sanguinolento e mais alegre; e o voto de saúde, já que não contribui para a saúde de quem se brinda, contribui ao menos ao paladar e ao estômago daquele que brinda.

Português: E eu ouvindo tudo calado! Pois esperai que me vingue, interrompendo a cada passo a vossa arenga.

Vintém: Antes então vos peço o favor de fazê-lo, como estudante que faz autos e roga muito que o desmintam, para se sair melhor com a sua.

Português: Não havia parado meus trabalhos na peregrinação; eles foram se assanhando com a própria paciência com que os sofria, como às vezes sucede e logo ouvireis. Eram rijos os combates e os combatentes. Faltou da parte dos nossos valor ou disciplina (e queira Deus não fosse tudo!). Desceu sobre nós o fogo do céu e sobre a minha embarcação – se acaso não subiu contra ela o do inferno... Ardeu como estopa. E o meu pobre companheiro, depois de fazer sua obrigação, deixou que a desgraça fizesse nele a sua vontade. Lançou-se ao mar e afogou-se, que é boa consequência; e eu, sempre junto dele, não rejeitei o salto, como se conta daquele cão fiel que se arremessou com o senhor na sepultura. Ora, o que seria de mim, vendo-me lá no fundo do mar, estrangeiro entre peixes e areias que não me conheciam? Vi o que nunca pude crer. Vi que havia lugar onde não se fazia caso do dinheiro. Mas não sei se há outro além deste. Então, tive por certo que ali

ficaria soterrado até o fim dos tempos. Porque quem iria supor que a cobiça humana, embarcada no coração do homem, descesse aos abismos das águas, mudando a natureza das pessoas e dos elementos? Pois aconteceu que, dali a alguns dias, se buscaram búzios para salvar a artilharia, que é outra boa invenção. Mergulhou um diabo de um italiano, que se aprofundou tanto que foi dar comigo. Caiu de repente sobre mim (que não venha cá gavião sobre calhandra), e de tal sorte me agarrou que, ainda se vendo mil vezes afogado, não quis me largar.

Vintém: Parece que não conheceis os italianos. Se as portas do inferno estivessem tão abertas na saída quanto estavam na entrada, sem receita de Orfeu por Eurídice, o mais lerdo fora pescar reales na caldeira de Pero Botelho¹⁸.

Português: Tornei então a ver o mundo, o que não esperava, e espantou-me porque, quando vim daquela novena que fui fazer às profundezas, já o achei outro.

Vintém: Por isso disse bem aquele clérigo da Polônia, Copérnico, seja lá como lhe chamam, que era a terra e os homens que sempre andavam ao redor, e não o céu, o sol nem as estrelas.

Português: Prometia eu, entretanto, dentro de mim, fazer uma vida nova, se pudesse; mas promessas de quem não tem liberdade são como os pomos de Sodoma: fruta por fora e cinza por dentro.

18 Localizada na ilha de São Miguel, nos Açores, a caldeira de Pero Botelho é um lago formado em uma cratera de um vulcão extinto, de onde brotam gêiseres e lama medicinal escaldante.

Dobrão: Que fez então de vós esse diabo ou esse anjo que vos desencantou?

Português: Primeiro, escondeu-me astutamente, para logo me exhibir em uma taberna, de onde não saiu até que por vinho, jogo e tabaco não me deixou concluído. Mas afirmo-vos que nunca, até aquele momento, cheguei a experimentar os desconcertos do mundo, vendo que nele há gente que compra tão caro o que vende tão barato; e seja a vida amável e seu risco, certo preço da mais vil satisfação do mais indigno apetite. Achava-se à mesa um vagamundo, destes que chamam peregrinos, leves de pés e de mãos, o qual, marcando-me com a vista e acenando-me com alvoroço, me arrebatou sutilmente, apesar das vigias de tantos olhos. Levantou-se primeiro que a toalha de mesa, e tomou o caminho. Vinha eu já atordoado, porque a roda da minha fortuna me fazia rodar a cabeça. Não direi como foi; mas, fosse como fosse, quando eu dei fé de mim, eis que me acho em meio de um deserto, eu e meu viandante, cercados de bandoleiros, e homens de rostos atrozes, de consciências dissolutas, de costumes fora da lei. Lembro-me que, quando abri os olhos, que depressa cerrei, vi o pobre de meu amo despido por dois daqueles “sumilheres”¹⁹ que, pegados com ele, lutavam cruelmente sobre quem me havia de levar pela força da luta. Outros, de fora, diziam que me esquartejassem – que seria neles mais bem empregado!... Mas tal foi a raiva do vencido que, já me vendo inteiro nas mãos de seu contendor, atacou o pobre despojado e, dando-lhe punhaladas, entre mau castelhano e pior catalão, dizia: “Toma,

19 Criados da casa real ou do paço.

belitraz²⁰, para que não venhas cá outra vez, onde estão dois homens honrados, com uma só peça de ouro!”

Nunca me senti tão perturbado como naquela hora, e já comigo suspirava pelo repouso em que vivia no abismo marítimo, sem ver nem ser visto. Mil vezes amaldiçoei a cobiça e a ambição, a avareza e o interesse dos viventes; e, sem saber que sorte me cairia em sorte, vi que o bom do meu amo, mau ladrão, se abaixava para descoser a sola da alpargata, para me dar mais seguro aposento. Isto feito, caminhou e calcava-me sem reparar por onde. Ia-me eu lembrando das coisas da vida. Porque, quem me dissera a mim, sendo criado com mimos e regalos de príncipes, guardado como jóia em seus escritórios, perfumado e lustroso como um ouro, que ainda viria tempo em que me visse ser tacão das palmilhas de um esfola-caras? Mas não passaram muitas luas para que tudo isto mudasse, como é certo que do mal ao bem não há mais jornadas que do bem ao mal.

Vintém: Por isso eu, má hora, me desespero. Porque há gente no mundo que não quer dar tempo ao tempo, querendo sempre que o tempo lhe dê tempo para tudo. Ei-lo aí: se logo nessa hora vos matásseis por causa de vossas desgraças, morto ficaríeis sem sair delas, e a comédia de vossos acontecimentos ficaria sem nenhuma graça.

Dobrão: Certo. Creio que o mesmo sucede a todos nós.

Vintém: Logo nos entenderemos.

20 Coisa ruim.

Português: Fui até a vila nas andas²¹ do meu salteador de caminhos.

Vintém: Dos da vila me guarde Deus, que desses outros me ponho a salvo eu ficando quieto.

Português: Vendeu-me por pouco mais que nada a um dizimeiro, e por minha causa conseguiram provar quem era o ladrão. Prenderam-no e levaram-no. Vede que coisa!

Vintém: Com o dizimeiro não vos iria mal...

Português: Nem bem; porque é uma casta de gente, como os tafuis²², que compra (como eles pagam!) o sol antes que nasça. Este, que me coube servir, economizava o dinheiro bem e mal ganho, para fazer o casamento de uma filha, para quem já não queria senão fidalgo de três solas.

Vintém: Isto assim se diz em português. Eis aí porque todos esses são ladrões. Como fará boa coisa o homem que começa desprezando-se a si mesmo, sem ser por amor a Deus, ou querendo ser o que Deus não quis que ele fosse? Então que sucede nesta porfia? Sucede que ele faz e Deus desfaz e, como está mais alto, sempre fica por cima.

Português: Em quantas terras tenho corrido, não vi coisas tais como naquela oficina! De todas as línguas havia ali dinheiro ocioso: as pistolas francesas, os jacobos ao revés

21 Liteira, ou cama sobre varais, transportada por homens ou por cavalos. Nessa fala, o Português está chamando a alpargata do seu amo de andas, porque é nela que ele está sendo transportado.

22 Jogadores viciados.

da Inglaterra, os meticais berberis, os cequins da Turquia, os venezianos de Levante, passeavam de mãos dadas com os nossos são tomés e são vicentes, como se fossem todos iguais. Até os júlios romanos e todo o livro de Guillaume de Choul, vi que estavam vivos, revolvendo-se por aqueles cofres e contadores. Era um labirinto!

Vintém: E quantos folgariam entrar nele, mas que perdessem o fio e lhes ficasse a vida noutro!

Português: A cada dia choviam mais hóspedes pela greta do caixão. Não vi banho de Argel mais povoado de cativos.

Vintém: Vem, senão quando...

Português: Vem, senão quando?!

Vintém: Ora, acabai.

Português: Não fazia quinze dias que eu tinha chegado à casa quando, por causa de contas erradas dos dízimos ou dízimas ou décimas, puseram o meu dizimeiro em uma prisão mais áspera do que a em que ele nos colocou; e, bem julgado ou mal julgado, em nove dias nós já éramos todos do el-Rei daquela terra que francamente eu esqueço o nome! É verdade que, como ouvistes, eu fui criado em paços, mas no de el-Rei nunca havia entrado. Antes, pelo que ouvi falar, eu pensava que, por causa das riquezas e da majestade da casa de el-Rei, não me dariam nenhuma importância. Também quanto a isso me enganei, porque ali me estimavam todos, e me acolhiam muito mais do que eu esperava e merecia; mas me disseram que não era assim antigamente. Digo-vos que nunca supus que valia tanto.

É boa gente a cortesã, muito dada, econômica e muito amiga do dinheiro. O mais afetado, se me tinha junto de si, parecia que ficava ainda mais afetado. Havia aquele que nunca tirava os olhos de mim, e havia outro que, por minha causa, queria tirar os olhos de outros. Confesso-vos que, às vezes, suspeitava daquele acolhimento, porque amizades desproporcionadas sempre são inseguras. Enfim, querendo-me todos levar para casa, me acomodaram na de um tesoureiro de el-Rei, que me fez mil cortesias.

Dobrão: Se eles fossem tão corteses conosco na saída como o são na entrada, ninguém se queixaria.

Cruzado: Ao contrário, eles são mais corteses na saída, e com mais causas, porque nunca saímos das mãos desta gente sem que tragamos seu coração conosco.

Vintém: Se as vinhas prendessem na charneca como o dinheiro pega nos cofres dos depositários, Portugal teria sido outra Creta, apesar do grão-turco!

Português: Também nas mãos daquele não repousei porque, sucedendo ser tempo de cortes e sabendo-se que a coroa de el-Rei estava desconcertada...

Vintém: Oxalá fora só essa!

Português: Levaram-me logo à casa do ourives, que, como quem pede pão, pedia ouro para a remendar.

Vintém: Pediu bem esse ourives, porque só esse é o pano com que as coroas se remendam.

Português: Tocou-me (como digo) a mim a sorte do emplastro. E, porque a mais fina desgraça é encontrar com os trabalhos pela mesma rua em que outros topam com os descansos, deram para me gabar sobre os demais, a fim de me derreterem e consumirem. Mal estou com estes meus quilates, que para nenhuma outra coisa servem a não ser trazer-me hipotecado aos perigos.

Dobrão: O mais terrível artifício que inventou a malícia é ofender com louvores.

Vintém: E ainda assim há tolos mortos por bajulações...

Cruzado: E por elas.

Português: Não era grande a falha da coroa, porque lhe acudiram a tempo, e só faltava fortificar por dentro um florão dela. Quis Deus que, sem me fundirem, e assim como aqui estou vestido e calçado, entrei em lugar da chapa que faltava; ficou tudo feito.

Dobrão: Bom oficial é aquele que sem dano de umas coisas remedeia as outras.

Vintém: Em vez de coroas, os príncipes deviam trazer na cabeça esses mestres como coroas, gente que compõe a falta do rei sem consumir os vassallos! Dizei-me que reino é esse, que quero ir lá viver uns dias.

Português: Muito material estais! Melhor dizer que vim aqui dar uma reviravolta no decurso das coisas do mundo, vendo que da palmilha do sapato do outro vagamundo me vi, em poucos dias, colocado sobre o diadema de um monarca!

Vintém: Por isso sois ouro, cuja fortuna parece que herdastes do pai que vos engendrou. Este, todo dia, retoca liberalmente os pomos de ouro da mais alta torre de Marrocos, e entra pelas manjedouras dos mais tristes aduares²³ da Aduquela, sempre brilhante, sempre limpo, sempre formoso. Assim é a virtude, assim é a nobreza que dela procede, cujo símbolo é o ouro e seus compostos, e não *quis vel quid*, ou seja, a pessoa ou o fato. Por isso, nestas cortes vereis sempre muito estimado o ouro fino, e não mais os escudeirinhos de cobre e de latão que, em lhes faltando o brilho, ei-los perdidos, feitos caldeiras velhas. Foi assim que, com alta providência, Deus criou o ouro na parte mais baixa da terra, e na pior, para que, como o criara para ser nela o metal mais alto, não se ensoberbesse, lembrado de suas origens humildes.

Cruzado: Valha o sermão sem selo *ex causa*²⁴; mas vamos ver o fim desta longa peregrinação, com que Fernão Mendes Pinto não tem a ver, e Marco Polo é um tolhido.

Vintém: Sem selo irá o sermão, mas não sem Ave Marias. Eu já rezei muitas para que ele acabasse.

Português: Pouco lhe falta.

Dobrão: Dizei tudo.

Português: Terminou a solenidade daquele dia e, como eu fosse mal cosido e pregado às pressas, senti que deslizava

23 Aldeias temporárias que levantam os mouros pastores.

24 Termo jurídico. Diz-se das custas pagas pela parte que requer atos em seu favor.

coroa abaixo. Valha-me Deus! Quase em uma hora tão subido e tão caído!

Vintém: São coisas do paço.

Português: Estava ali junto um oficial de el-Rei, quando eu caí – homem esperto, destes que não lhe cai nada no chão ou em saco roto. Foi para me levantar.

Vintém: Ele pensou que eras falso testemunho?

Português: Não pensou senão que era Português verdadeiro. Enfim, levantou-me.

Vintém: Grande milagre, porque se diz que não é costume dar a mão tão depressa aos que vêm caídos.

Português: Soube disto o amo deste e esbulhou-o, afirmando que, assim como a fruta que cai das árvores é de quem guarda a quinta, assim os desperdícios de el-Rei são dos que lhe andam mais perto.

Vintém: Olhai, bem estou eu com esses que comem a fruta que cai das árvores; mas com os que dão abanos para que caia, com esses eu não estou bem.

Cruzado: Tudo o que há no mar há na terra. Também aqui entre nós é como no Val das Éguas: peixe grande papa peixe pequeno.

Dobrão: Então, daí, o que foi feito de vós?

Português: Estive ali alguns dias até que, findos os de meu senhor, levaram seus bens à praça.

Vintém: E assim os males vêm à tona! Porque a morte faz cobrir os vivos e descobrir os mortos. Daqueles se cobrem os rostos e destes se descobrem os costumes. Por isso, disse bem aquele filósofo que disse: “Pois se cada dia podes morrer, vive como se houvesse de morrer cada dia.”

Dobrão: Melhor o disseram os santos porque o fizeram, mostrando que não só se deve dizer, mas que se pode fazer.

Cruzado: Ora, feito o leilão, que foi de vós?

Português: Passei vergonha como malfeitor.

Vintém: Tendes razão; uma pessoa ver-se vendida pelos seus, não sei se tem mais mágoa de vergonha ou se de pouca-vergonha.

Cruzado: Daí vem, certamente, que os nossos antigos chamassem “afrontar” ao arrematar venda na praça.

Português: Finalmente, já não sei o que vos diga. Ali me comprou um clérigo velho, a quem os médicos tinham receitado que bebesse água cozida com ouro para lhe alegrar o coração e confortar a natureza. Fez-me dar o primeiro fervedouro e, como por conselho ou apreensões de um amigo (igual a ele) se persuadissem que eu me gastava qualquer coisa, por causa do fogo no cozimento,

resolveu que preferia morrer do que se desfazer do seu dinheiro. E fez depressa sua vontade, deixando-me com outra corja a outro velho, seu irmão mais velho e mais avarento ainda que ele, que, sem filho nem herdeiro, para outra coisa não lhe servimos a não ser apoquentar-lhe os dias da vida com temores e ciúmes de que o vento nos levasse de seu poder. E fora ele feliz se só o vento tivera por inimigo; mas a malícia dos criados e a cobiça dos parentes, a astúcia dos vizinhos, haverão de ser certamente a maior tempestade de seu despojo.

Dobrão: Notando esse vício dos velhos, já desejei saber de algum filósofo a causa de eles serem mais avarentos.

Vintém: Não vos canseis por inquiri-la. É aquela mesma que faz parecer aos homens mais doces as uvas penduradas em casa que as da parreira. Está a vida para se acabar e então é sôfrega de si mesma, despertando o apetite de todos aqueles bens que, por força, acabarão com ela.

Cruzado: Grande mal é ser uma pessoa avara.

Vintém: É vício oposto a todo o bem-fazer; e coisa que vai de encontro a todas as boas obras não pode deixar de ser muito perversa.

Cruzado: Eu creio que assim como dizem do cego, do surdo ou do mudo, que o sentido que lhes falta se converte logo em outro que proporcionalmente aumenta (tão grande consciência tem a natureza!), assim aos miseráveis todos os vícios (se alguns lhe faltam) se convertem naquela mesma miséria que padecem.

Português: Ora, por tudo isso eu vos juro que tenho agora de ouvir de vós outros dois tantos do que me tendes ouvido, se quiserdes manter o jogo.

Dobrão: Isso será impossível. Depois de haveres feito vosso relato, a qualquer de nós falta arte e tempo para igualá-lo.

Cruzado: Dirá hoje o nosso amigo navarro alguma coisa de seus sucessos, que devem ser galantes, porque histórias engraçadas nunca sucedem a homens sensabores; e eu e o Dobrão ficaremos para outro dia.

Português: Nem para replicar-vos estou sobre o que desejo; mas seja como mandardes. Nós não estamos aqui para contar nossas desventuras, senão para buscar algum modo de remediá-las.

Vintém: Ninguém perdeu em ser obediente. Mais depressa perdereis vós se eu vos for obediente. E que por isso se disse: “Serviço te farei com que renegues.”

Cruzado: Deixai de prólogos.

Vintém: Que seja.

Dobrão: Ouçamos.

Vintém: Se fosse homem como sou dinheiro, eu creria ser algum enjeitado; mas visto que não pode ser porque é de praxe que ninguém nos enjeite, não saberei agora ao certo determinar quem sou nem se é verdade que nasci em Olite ou Tafalha, que é a flor de Navarra, segundo se diz, ou se sou navarro enxertado, como suspeito.

Dobrão: Bem pareceis pobretão, pois ainda não achastes quem vos narrasse a ascendência até Noé, pelo menos.

Cruzado: Cara é a nobreza por artifício, e é perigosa a descendência de avós que custam dinheiro.

Vintém: Cedo começais vós outros, como gente ociosa, a armar uma cilada à minha narração; mas eu vos direi: há muitos dias que sou como o odre dos touros que, quanto mais eles trabalham e esbravejam para o derrubar, mais depressa ele se levanta da terra.

Dobrão: Quanto a isso, melhores invenções se acharam na nossa idade; senão, perguntai em segredo a quem eu vos disser.

Português: Senhores, ouvimos ou perturbamos? Que, se assim é, quero também meter minha praga em riste.

Vintém: Nem as réstias do sol estão delas seguras. Mas, como vos dizia, sei ao certo que um cego me criou ao colo, se não ao peito, trazendo-me continuamente como relicário ao pescoço em uma nômina²⁵. Esta às vezes lhe servia de bolsinho porque, por achá-la rija nos fechos, vazava as relíquias a fim de guardar nela o cabedal. Em dias grandes, de jubileu, procissão ou romaria, me dava uma folga e me exibia e, desembalando-me, me passava a um prato onde lhe servia de endez²⁶.

25 Bolsa onde se guarda relíquias, talismãs, etc.

26 Ovo que se deixa no ninho para que aí a galinha continue a pôr.

Dobrão: De *index*, quereis dizer, que sinala a coisa de que fazemos demonstração.

Vintém: Oh! Também vós sois uns marmanjos que se orgulham de ser pontuais no que não importa. Tendes jeito de explicar os nomes inteiros quando praticares e disseses, assoviando meia hora em cada ene, como se, quando dizemos *confiança* de boca cheia, não ficasse o coração mais leve e o conceito mais desabafado em tão espaçosa palavra; porque pronunciações afeminadas é bom falar para bonecas. Uma coisa vos digo: que, quanto a ser boa ação cada um fazer tudo da melhor maneira possível, tenho por indício de coração não grande querer a perfeição das coisas pequenas. Antes, suspeito que a natureza humana, que em toda a perfeição lógica somente se esmera em miudezas, de fraca ou enfatiada, normalmente falta em obras de porte.

Português: Deixai-me tomar a vara de mordomo e governar esta procissão. Adiante com os fogaréus.

Vintém: Quando o meu cego se achava entre gente de sua laia, a cada instante eu vinha à baila. Uma vez, dizia que lhe fora dado por um conde, outra por um arcebispo, e outra vez afirmava que de noite, pelo escuro, me achara às apalpadelas, por milagre. Mais alarde fazia comigo que nem escudeiro de Famelicão²⁷ com carta de primo desembargador.

27 Cidade portuguesa no distrito de Braga.

Cruzado: Vício certo em gente de ânimo curto: ostentar mais o que tem menos.

Vintém: Mas por isso já disseram que tanto brincou o demo com sua mãe até que lhe quebrou os focinhos. Vos digo isso porque tanto me andou mostrando e exibindo o pobre do meu pobre, até que outro, olhos mais claros e mãos mais sutis, sutilmente me agarrou e da bolsa em que vivia me transferiu ao seio. Porém, eu, enfadado da trapança, nem tanto por estar em seu seio, quis me dar bem com ele, julgando que homem sem amizade não serve para amigo. Sendo certo que os erros da amizade são como a aritmética, onde, para que a conta seja errada, tanto vale errar em um como em um cento. Quem não sabe ser amigo não há razão para que o tenha.

Cruzado: Então que fizestes?

Vintém: Dei um jeito de me deixar passar pela mão de meu amo, até parar na lama da rua, vida em que também achei minhas comodidades e conveniências.

Dobrão: Na lama e no chão, conveniências? Raro dizer!

Vintém: O que supondes? Os humores das criaturas são diversos. Levantai uma toupeira sobre os ares, ei-la morta. Escondei uma garça debaixo da terra, ei-la acabada. Com o mesmo com que uma pessoa se deleita, outra se martiriza. Eu, certo, tenho saudades daquele lodo onde passava muito bem. Tinha boa cama, jazia descansado, ninguém discutia comigo, não andava, não lidava, não enganava e não era enganado. Oh! Como me ia bem!

Português: Pois quem vos desinquietou?

Vintém: A maldita pantufa de uma beata, destas que mudam o nome da conveniência já depois de grande, e lhe chamam devoção. Andam com os olhos baixos, o que lhes vale um pouco de ouro, porque nada que perdem lhes escapa. Eu conheci uma destas que lhe convinha andar com o rosto mortificado cem por cento, porque do que achava, no decurso do ano, se vestia e pagava as casas. Outra tal da mesma natureza foi a que me recolheu, creio que em um lenço, em cuja ponta logo me atou com duas contas de peixe-mulher²⁸, uma verônica²⁹ enfiada (não quisera mentir) e com um dente de finado; tudo tinha seu mistério e serventia. Logo dali foi andando pelas casas de comadres, discípulas, afilhadas e devotas, mostrando a todas seu achado. Às menos maliciosas afirmava que um passarinho me levava no bico (e era de ver a devoção com que o pintava!), donde, como de propósito, viera a seu poder. Logo por ali criava tais enredos e tão bem fabricados, que eu próprio estava por um triz de lhe crer tudo o que de mim fingia. Entre aquela gente já me chamavam de vintém dos milagres, chegando a tanto o negócio que, por dez tostões (que ela dizia de esmola), me impingiu a uma filha de um mercador, mimosa e rica, a quem a minha beata, em segredo, insinuou maliciosamente que eu era moeda, ainda que pequena, fazendo as vezes de amuleto, vara de condão, carta de tocar em matéria de casamentos. A rapariga, que era doida pela madre (como em casa lhe chamavam), e por si mesma e pelo filho de

28 Nome que os pescadores brasileiros e africanos dão à fêmea do peixe-boi.

29 A imagem de Cristo gravada em metal.

uma vizinha, começou a fazer coisas comigo como uma doida.

Dobrão: Tristes de nós, o que passamos! Que mal é não ter liberdade!

Vintém: Pois a isto chamais vós ser cativo, ser o dinheiro senhor do mundo todo? Se tendes tantas lágrimas em vossa mão, chorai antes sobre aqueles que por nós se deixam cativar. Mas que não fará o amor? Fez com que a simples da rapariga me expusesse tantas noites ao relento, depois de muito bem benzido (que maldito pudera ser melhor!) com mil superstições que a velha lhe ensinara (todas em trova porque tinham mais virtude...); quando, no meio da devoção, o pai, que não era lerdo, seguiu a filha, suspeitoso dos segredos da beata. De repente, em um instante, assalta a baforinha³⁰, onde o primeiro diabo com que topou foi comigo, tão colérico que, indo-me lançar (Deus nos salve!) janela afora, me teve respeito por ver em mim esta cruz de Deus, com quem não devem querer brigas os homens do seu trato. Todavia, por quebrar agouros, me mandou logo trocar por saladá à Ribeira. A moça se desfazia em lágrimas com a mãe, entretanto, afirmando que o que mais sentia era perder-me em tempo que eu estava já meio feito, não lhe faltando senão setenta e duas noites de inverno para acabar a devoção. Assim eu ficaria uma pessoa de muito preço, por cujo meio toda pessoa poderia saber quem lhe queria bem ou mal.

30 Ou bufarinha: quinquilharia, bugiganga, coisa de pouco valor.

Português: Estranhastes na mão da regateira onde fostes parar?

Vintém: Não, porque é nossa gente aquela, com quem nos criamos e vivemos, e sabemos as manhas uns dos outros.

Dobrão: Como vos recebeu?

Vintém: Lançou-me ao acaso em uma cisterna de lona que, como bolsa ou cevadeira, trazem ao lado, onde, na confusão de patações e escamas, simples e bargantes, todos ali éramos à força escamados. Pois sucedeu-me uma graça de que ainda agora me espanto e me rio juntamente. Já sabeis que poucas daquelas mulheres têm de cristãs (ainda mal) mais que o nome. E, por isso, são a própria pontualidade em assalariar um cego que lhe reze pelos mortos, enquanto elas vão acabando com os vivos. Era o meu primeiro amo o cego de sua obrigação e seu fiel merceeiro³¹, que a troco de trinta réis por mês (devoção tão suspeitosa não vale mais) lhe rezava trinta mil desvarios por hora. Não deixava testamento de Pilatos, despedida de corpo e alma, e imperatriz Porcina sem rezar-lhes entoadas. No pagamento havia certas dúvidas de uma mensalidade. Finalmente, fui eu a pomba daquelas pazes, e tornamos todos a ficar como antes: os fregueses, fregueses, e eu cativo.

Cruzado: Conheceu-vos logo?

31 Pessoa que recebia pensão ou moradia com o encargo de rezar pela alma de alguém.

Vintém: Primeiro que eu a ele.

Dobrão: Pelo tato, como Polifemo às ovelhas...

Vintém: Assim devia de ser, porque, apenas me pôs a mão, me jurou pela pele.

Português: E como cumpriu o juramento?

Vintém: Melhor do que se cumprem os alvarás de lembrança³². Agarrou-me, e eu já não contava mais em tornar a ser gente. Mas é de saber que o meu cego era cego por outra cega que não cegara por ele, a quem chamava amiga, coisa que eu não podia tolerar, quando estava vendo que o arrastar, roubar, enganar, esfolar e arruinar se dizia ser amizade. Passou o cego a ser liberal, que é a façanha mais certa do amor. Em suas galhofas eu era sempre o dianteiro, porque há gente que tem por estrela causar dano a outras pessoas. E o negócio chegou a ser de tal modo que, em um mesmo dia, por apetite da moça e gentileza do mancebo, eu me vi na feira, na ribeira, na tenda, na taverna, na botica, no açougue, em casa do pasteleiro e na confeitaria. Fui dado de esmola, servi de resto de contas, fui trocado, cambiado, empregado, jogado, perdido, achado, e tudo que não pode acontecer a um de nós em muitos anos, quando peregrinamos pelo mundo. Vim e tornei a várias partes com um curso velocíssimo. Mas, quando destas fadigas apenas descansava, eis aqui que entra a mãe da boa ou da má da cega, toda esbaforida, pedindo às pressas um vintém para uma obra de misericórdia.

32 Promessa real feita por alvará.

Estranhámos-lhe o zelo, porque foi sempre mais justiceira que misericordiosa, quando nos disse que lhe dessem logo o que pedia, porque não importava menos o caso que a vida de um fidalgo honrado, que estava para se enforcar por um vintém que lhe faltava na conta de um moio³³ de trigo que lhe comprara a cruzado; e que, sem dúvida, se enforcaria se lhe tardasse, segundo deixara resolvido. Então, com pesar, cheguei a ver aquilo que em vão tinha ouvido: que havia homens que se enforcavam por um vintém.

Dobrão: Grande inferno terá essa velha, além do mais, por desfazer uma coisa tão bem feita.

Português: O pior de tudo é que não se enforcem todos esses que por um vintém se enforcam.

Cruzado: Que mais força lhe quereis que sua própria condição? Esses vivem em si, como em Salé³⁴, sendo os algozes de suas próprias vidas.

Dobrão: Como a outro propósito disse discretamente o nosso poeta: “Ser cutelo da vida a mesma vida.”

Português: Quando se vai por trovas, mais a propósito falou a cantiga: “Que isto não é vida para se sofrer.”

Vintém: Detive-me então ali, em poder daquele padecente, pouco tempo, bem enfadado, por certo, por não ser

33 Medida de capacidade correspondente a 60 alqueires.

34 Cidade da Berberia onde se acolhiam corsários.

homem de meu jeito. Mas quis Deus fazer brevemente contas com os criados, porque estes tais sempre dão para se vangloriar de ser grandes homens de conta, peso e medida. Enganam, levam e cortam. Quanto mais contas fazem, quanto mais partidas fenecem, mais lhes importa a miséria que nos impingem por virtude. Fez enfim contas, e eu coube em dote a uma velha dona de casa, mulher industriosa e recolhida. Tomou por mim amizade, que é muito certa entre velhas e dinheiro, porque todos os domingos e dias santos gastava a tarde em contar os ceitis³⁵, que juntava em um mealheiro³⁶, dos jantares e ceias que vendia, resgatados a preço do que lambiscava ao acaso das rações alheias. E foi por sorte que, por seus conselhos (coisa de que estava bem longe!), caí na vida sagrada, na qual me achei melhor do que em qualquer outra. Furou-me ela aqui, na borda, com uma agulha, como quem fura as orelhas da cachorrinha; eis aqui, tenho ainda o sinal... E creio, certo, que era mulher tão regrada, que juntou para vender as aparas. Eu, furado, brilhei outro dia como vintém de São Luís, bom para o ar, para enxaqueca, febres, flatulência, mal de olhos, quebranto e mulheres de parto. Tão santas informações deu de minha habilidade, que todo o dia andava de mão em mão como conta benta, sempre querido e estimado, ora ao pescoço de inocentes, ora nos pulsos das donzelas, atado com corda de viola, a quem servia de traste para fazer consonâncias de saúde nos braços daquelas que me traziam. Não me lembro que passasse melhor vida em minha vida; donde, pelo meu vagar, observei que tal coisa é a virtude que, até fingida,

35 Antiga moeda portuguesa com valor de um sexto de real.

36 Cofrezinho.

honra e aproveita! Agora, daqui por diante, para o fim da história, a mim me custaria tanto trabalho vos contá-la por miúdo como, a vós, ouvirdes; mas basta que saibais que, sem parar hora nem ponto, hoje me via colocado em bolsas abaciais de veludo, com mordança de aço (porque não há boca mais arriscada que a boca da bolsa...), amanhã me via cosido entre os remendos de um pedinte. Às vezes, passeava pelo contador do tratante como por minha casa, outras vezes me via encantado no nicho do tabuleiro do boticário. Mil vezes fui iguaria do artifício, mais de mil me vi em pratos de resgates, duas mil em bacias de almas, quatro mil em mealheiro. Eu fui o ministro dos trocos, a gorjeta dos entregadores, a retribuição dos presentes, e uma vez por outra o valor dos escritos de amores. Em anos caros, um dia era ração, outro salário, fazendo sempre de mim mais iguarias que de carneiro; porque agora era jantar, agora ceia. Mais porfias tenho apartado em chegando, mais contas rematei em aparecendo, que cabelos que me contam na barba. Para que mais? Os armazéns de el-Rei, sua Casa dos Contos, sua alfândega, Sete Casas e a Casa da Índia, conheço melhor que as minhas mãos. Por tudo andei e cruzei, de tudo vi meus dois dedos; e até do bolsinho real (se me apertarem) me atrevo a dar razão! Eu servi de encarecimento aos falidos, porque, em chegando a afirmar que não tinham vintém, eu lhes era mais certa proteção que cessão de bens. Servi de hipóbole aos mesquinhos, muitos anos, porque, em dizendo eles que não dariam vintém, estavam desobrigados de todo o cumprimento. Outras vezes, me dedicava a servir a Deus e ficava de camaradagem com os hipócritas, sucedendo que muitos sem devoção ou caridade me desperdiçavam em um pobre, lançando-me nele como quem ostenta vestidos ao sol, para saberem que é bem trajado.

Os nossos pobres portugueses, criados juntos à moeda como sardinhas de Setúbal³⁷, vendo-se na limpeza do vintém, choviam, de sorte que arruinavam de antemão o hipócrita e a hipocrisia.

Dobrão: Parece indício de pouca caridade ou cabedal. Pois como? Não passam de vintém as grandes esmolas deste reino?

Cruzado: Ao contrário, as ordinárias lhe chegam poucas vezes.

Português: A esmola não só requer amor para se dar, mas providência para se repartir; porque, dar tudo a um e a outro nada, fica sendo desordem.

Cruzado: Com vossa licença, essa qualidade e perfeição distributiva mais pertence à justiça que à esmola, que é uma mera graça de quem a faz, de modo a auxiliar quem a recebe, mediante o amor de Deus e proveito do próximo. De sorte que, na minha opinião, a esmola não necessita de leis, nem contas, nem respeito. Ao contrário, tenho para mim que seria mais conveniente àquele que dá a esmola determinar-se a ajudar cada dia a um só próximo (ou a muitos, se a muitos pudesse) com tal quantidade que o salvasse da miséria e da necessidade daquele dia; e que esta tal esmola seria mais próspera que a repartida por muitos pobres, pois a nenhum deles supre a falta do alimento de que precisam.

37 Cidade próxima a Lisboa, situada junto da foz e na margem direita do rio Sado. Foi um grande centro de conserva de peixes, pela grande riqueza de sal e de peixes.

Vintém: Com todas as gravidades de vossa disputa, não posso esquecer do gracejo que ouvi de um pobre, indo uma vez na algibeira de meu amo pelo Bairro Alto. Chegou pedindo-lhe esmola humildemente, e respondeu-lhe o escudeiro muito inchado: “Perdoai que eu não levo senão tostões.” Disse-lhe o pobre: “Esses me eram necessários.” Desconfiou o miserável, e não lhe deu coisa alguma, seu atrevimento não merecendo prêmio, quanto mais caridade. Porém, onde estava todo o meu trabalho era aos sábados, na casa do correio-mor, porque a chegada da mais remota carta do reino fazia eu logo vir à baila, rebolando. Grande confusão, por certo, para os escritores de cartas, porque a melhor escrita e a pior escrita, todas se dão por um preço.

Dobrão: Orgulhai-vos da boa observação.

Português: Não vos ouça isso Cícero, Plínio Júnior, Lúcio Aneu, Paulo Manúcio, Paulo Filipe, o Paranda e outro certo amigo nosso; mas que vos ouça o simplório do abade Gabriele, que tão sem causa celebram agora os italianos. Porque os epistológrafos têm por certo que, de todos os atos do entendimento, nenhum é tão expresso retrato d’alma como a carta de cada um, por uma natural reverberação do espírito, que reflete no papel todos os afetos que estão guardados na alma do homem, e só ali circunstâncias; o que não está no livro, na conversa nem no discurso, onde o artifício serve sempre de liga ao mais fino ouro do melhor entendimento.

Vintém: Falou bem o senhor Português. Mas, como vos dizia, os desenganos e os exemplos que tenho tomado

em minha vida são sem conta. Prouvera a Deus que vale-ram eles para nós como valem para outros!

Dobrão: O mal é que esses tais documentos sempre ficam com quem deles menos necessita.

Vintém: Eu vi pai deixar filho morrer a troco de não me trocar, e filho que, por não me pôr em risco, deixou que a vida do pai se arriscasse.

Dobrão: Por Deus! Dessa família bem se pudera dizer o que o romano disse da casa de Herodes: “Melhor é ser aí porco que herdeiro.” Melhor é aí ser vintém que pai ou filho.

Vintém: Que mais? Vi desmanchar compras e vendas de grande interesse pela diferença de meu valor. Porque a moeda é figura e cifra à vontade de quem a tem que, segundo sua estimação, lhe dá o preço. Vi matarem-se homens por meu amor, arriscarem-se (e não sei se se perderem) honras e consciências por minha causa. Tão baixo preço põe a avareza aos homens, que vendem suas mais ricas partes por bem pouco dinheiro. Eu conheci dois pares de testemunhas e de testemunhos que não custaram um ceitil mais daquilo que eu valho. Quantas honestidades se perderam por esta taxa! Quantas devassidões por ela se continuaram! Quantos negócios foram transtornados por tal preço! Bastara que por mim se desfizesse um casamento de muitos mil cruzados, que a ambas as partes estava muito bem. E o que mais raiva me fazia era a sentença com que logo um destes malditos saía de revés, provando que estava averiguado que quem não estima um vintém não estimará um tesouro, o que outro tal como

ele corroborava ao instante com falsos contos de Dario, Alexandre e Júlio César. Ora digei-me: parece-vos que será grande delito não estimarmos nós os homens, que tão pouco se estimam? Se aquelas coisas em cujo troco eles se deram fossem de outra grandeza ou raridade, bem pudéramos enganar-nos; mas sendo nós próprios o valor de suas honras, vida e alma, e sabendo (como ladrões de casa) o pouco que valemos para ser preço de coisas de tanta valia, digo e torno a dizer que bem mal fará o dinheiro que destes tais fizer algum caso.

Português: Furioso estais, Deus nos livre!

Vintém: O furor que ministra as armas também ministrará as razões, se é certo o que dizem que diz o filósofo, que a opressão dá entendimento.

Cruzado: Pelo contrário, a cólera é tão inimiga da eloquência quanto Marte de Saturno – um o próprio fogo, outro a própria neve.

Dobrão: Acabai, se vos falta.

Vintém: Sim, falta, e sim, desejo acabar o que ia dizendo, lembrado daquela grande cortesia de Henrique IV, rei de França.

Cruzado: Qual foi?

Vintém: Falava-lhe uma longa arenga um seu monsieur. El-Rei, cansado, o tomou pelo braço e o levou a uma galeria que construía no Louvre. Depois de o ter ali, disse-lhe:

“Que vos parece esta peça que vou fazendo agora?” Respondeu-lhe o franchinote: “Sire, será coisa singular depois de acabada.” Tornou el-Rei: “Pois, monsieur, assim será a vossa conversa, se vós lhe puserdes fim.” Pelo que, senhores meus, eu quero satisfazer a el-Rei de França e dar cabo a meu conto.

Português: Ele não enfada, mas rematai se quiserdes. Passaremos ao que mais nos importa.

Vintém: Cansou-se a fortuna de mim, ou eu dela, porque um coração é espelho de outro. E, porque em uma mesma mão vimos os jogos um do outro, pedi-lhe tréguas e concedeu-me pazes, lançando-me no mealheiro deste avarento que a vós e a mim e a tantos tem encarcerados.

Português: Não se nos vá hoje o tempo em porfias inúteis, que parece quer já amanhecer. E ficará frustrado nosso trabalho se, havendo-nos aventurado ao perigo em que estamos, não tirarmos desta conversação alguma vantagem; porque as porfias que só vêm para gastar tempo merecem ser lançadas do mundo com sambenito³⁸, como Circes encantadoras.

Dobrão: Pois que mistérios tão misteriosos são esses que tendes prenunciados, para que requereis nosso silêncio, conselho ou aplauso?

38 Hábito, em forma de saco, que se enfiava pela cabeça dos condenados quando eram levados aos autos-de-fé.

Português: Dias há que desejo deixar o mundo.

Cruzado: Boa cautela, se temeis que ele vos deixe.

Português: Não; dessas sangrias preventivas me rio eu muito, tendo visto que os que mais se desenganam de antemão vêm depois rogar-lhe à porta pedindo-lhe que os receba. Mas o bom do mundo é às vezes tão cortesão que zomba deles altamente.

Dobrão: E ficam por graça da alma de Garibai³⁹, como nós dizemos, que não a quis Deus nem o Diabo.

Português: Ora, em vista de tantas tragédias em que cada dia nos vemos, parece que fora acertado buscar meio para que toda nossa geração se extinguisse do mundo.

Cruzado: Quanto a esse meio, já parece que se tem achado, porque já não aparecemos.

Português: Eis aí o maior engano. Sempre choram os homens e sempre gastam; sempre entesouram e sempre se desesperam. Mais acertado seria amanhecermos todos sisudos e dar-nos quitação uns aos outros; porque a troca de viver as pessoas sem dinheiro e o dinheiro sem pessoas, bem nos poderiam apartar os vigários, para que cada um fizesse de si o que melhor lhe aprouvesse.

39 Provável referência ao historiador espanhol do século XVI, Estêvão de Garibay y Zamalloa.

Cruzado: Quão sensabores andarão uns e outros! O dinheiro é como fruta: só serve para se comer. Muito enfadonha seria uma pereira-do-conde cheia de pomos belos, cheirosos e doces, em vão maduros e logo podres, inutilmente. Diverso é o meu parecer nessa parte, de sorte que jamais, para tal remédio, darei meu favor e ajuda.

Português: Bem parece que começas teu mundo e que és moeda nova, a quem a cobiça das pessoas ainda não justificou, como a nós outros.

Cruzado: Tudo são opiniões.

Português: Dai-me, contudo, senhores, vosso parecer, e diga cada qual o que sentir. Porque é coisa insofrível este estar sofrendo as demasias dos homens, uns nos amando mais do que é razoável e outros menos, com o que todos indiferentemente nos perseguem. Desde que tenho uso da razão, discurso sobre este ponto; e, quando me persuado que lhe descubro o remédio, então ele me parece mais cego ou duvidoso – sendo certamente, para mim, este ponto o ponto fixo dos matemáticos e filósofos que, quanto mais fixo se lhes oferece, mais errante e equívoco do que nunca se mostra. Já entendi que seria a propósito fugirmos do mundo e deixar os homens com ele e sem nós; não poderia haver vingança igual! Outras vezes, que pedíssemos ao céu o remédio. Porém, nesta indecisão, nada de todo me satisfaz. Pelo que, amigos e senhores, como o dano é comum, e a todos nós traz infeccionada a quietação e o gosto, todos devemos trabalhar para desviar e vencer este interesse humano, que jamais descansa em nossa injúria. E trabalhar tanto mais confiadamente uma

vez que, de sua própria parte, nos ajudam as grandes dificuldades e inconvenientes que sempre traz consigo a cobiça dos homens. Este é meu cuidado, minha ânsia e meu desejo. Se eu visse isto remediado em meus dias, certo que tornaria a remoçar e a luzir como quando era mancebo.

Vintém: Dificultosa é a briga que quereis apartar, senhor meu: meter o bastão entre o homem e o ouro. Não espero que crédito ou proveito importe a quem o executar. Dizem que lá não sei onde, se juntaram as lebres a conselho, e por todas foi assentado que se fossem lançar em uma lagoa e se afogassem, sem ficar mais geração de tão triste gente perseguida de todo o mundo, que toma seu perigo por divertimento. Ora, indo já todas correndo, fizeram tão grande barulho que as ouviram as rãs que estavam junto do charco. E, como tivessem grande medo do ruído, foram-se lançando n'água, ganhando-lhe a dianteira do precipício. Notou isto uma das lebres, que ia diante, e parou fazendo deter as outras, a quem disse: “Senhoras, tende mão! Não nos lancemos a perder por miseráveis, pois vemos que ainda o são mais estas rãs, que têm medo de nós e a nosso respeito se precipitam.” Donde digo que não há estado tão triste no mundo que não haja outro mais triste com que aquele possa consolar-se. Escapam os homens que padecem mil trabalhos, vivem sem dinheiro e se mantêm, e o dinheiro quer se lançar no mar pelos dolos deles? Isso não farei eu enquanto tiver lume nos olhos. Lancem-se eles, muito em má hora, já que de cobiçosos ou perdidos não querem se emendar.

Português: Guardai vosso parecer para quando o pedirem e, então, declarai vossa intenção, para não subornar o consistório.

Vintém: Esse perigo nunca vem dos pequenos; que, por isso, disse o desembargador de Roma a Tibério, seu pedagogo: “Em que lugar queres votar, ó César? Se primeiro, quem se desviará do teu caminho, ainda que errado? E, se último, quem será tão constante que sustente a opinião que tu reprovares, posto que seja boa?” Donde digo, meus compadres, que a opinião do humilde jamais levou balança ao chão nem bóia ao fundo.

Português: Diga agora o senhor Dobrão seu parecer, e acabaremos ouvindo ao nosso Cruzado.

Vintém: Bem me parece.

Cruzado: Estou pela sentença.

Dobrão: Obedeço-vos. Se já houve alguém que achasse que os delitos não eram menos graves a quem os comete do que ao próprio ofendido por eles, eu sou da mesma opinião. Porque, desta aflição em que vejo andar o mundo por nossa causa, levo eu igual parte como o mais aflito. Por isso, não pareça a ninguém hipocrisia cansar-me pelo remédio alheio, porque não é senão pura conveniência aliviar minha própria fadiga. Grande companhia fiz aos homens por todo o decurso de meus dias. Donde vim a entender com quanta verdade disse aquele grande discreto João da Veiga a seu filho: “Habeis de saber, hijo mío, que las más de las pendencias del mundo son sobre dineros.” E, como o dinheiro é fonte perenal das desavenças das pessoas, estou persuadido de que só poderão remediar-se dando-se, a essa corrente, alguma outra serventia: sangrá-la e consumi-la, para que os homens não bebam as peçonhentas águas da discórdia, de que a todos cabe seu

amargoso trago. A grande peste do universo somos nós. Quase com o mundo começamos, sem falta com ele acabaremos. Que mortes, que roubos, que delitos, que incêndios não temos ocasionado! Das injustiças, que direi? Não basta que o dinheiro contrapese a própria virtude? Não basta que a vença? A verdade, à nossa ilharga, muda as cores, assim como provavam os de Tiro⁴⁰ uma púrpura junto de outra para conhecer a mais sublime. Aquelas estátuas de bronze que a gentildade arvorou foram sombras desta nossa outra idolatria. Agora, cada moeda é um Deus, mais ou menos venerado, segundo o primor ou a quantidade do metal de que é feito. Aquela divindade que demandou no céu o anjo soberbo, outra vez parece que se vê na terra como rival do dinheiro; e a que lá chegou a temer o espírito, ousou aqui a matéria. Senão, vede os bezerros de ouro no deserto, de tal modo acreditados, que os próprios israelitas, que no Egito resistiram à seita dos ídolos, aqui se renderam à lei deste metal. Ele, quanto mais reluzente, não é outra coisa senão uma sombra escurecedora das virtudes, ferrugem das boas partes: todas enegrece, todas eclipsa, querendo ser sozinho a formosura e a delícia do mundo. Eu sei bem disto, e como de casa, estou rindo da ânsia com que somos solicitados pelas pessoas. Ver as condições que nos levantam, é para ver! E nós tão ociosos que, se não é para um só ofício, não aparecemos! Nem zombando deixa o ouro de ser martírio dos viventes: como grilhão ao pescoço, se é corrente; como algema na mão, se é bracelete; como garrote na garganta, se é gargantilha; como tormento na cabeça,

40 Antiga cidade fenícia no mar Mediterrâneo, famosa pela produção de uma tinta púrpura rara, cor reservada à realeza.

se é apertador. O mimo das donzelas trazemos enganado, porque a ninguém perdoamos. Um fabricam espadas de ouro, com que estoquear os toucados; outras, pendentes com que arrancar as orelhas. E, quando mais leves lhe saímos, ou somos pensamentos ou memórias ou laçadas, para que, de todas as maneiras, lhe seja o ouro custoso. Certo, eu nunca me vi, nem a nenhum de nós, que não estivesse considerando a doidice das pessoas, vendo que elas próprias, por sua vontade, se sujeitassem a tão pesado jugo e tirania, como esterilizar-se de tudo o que Deus mesmo lhes fez e criou para o uso do humano, dando somente faculdade ao dinheiro para dispensar e repartir os mesmos bens que o céu derramou sobre todos. Que não pudessem os homens isentar-se daquelas necessidades com que os criou a natureza, bem está; mas que, por cima destas, lançassem eles outras maiores, introduzindo por si mesmo o valor da moeda, sem a qual nada lhes é possível, foi coisa insana e cegueira tal que, por castigo, deixou Deus que muito tempo durasse. A tanto chega por suas mãos a jurisdição de seu senhorio, que nele está já o dinheiro útil como céu, útil como terra. Ele faz o vil nobre, o feio belo; ele desfaz o aleijão e a deformidade. Passaram a tal desvario os homens do mundo, que fizeram nova balança onde pesar o valor dos membros humanos. Feito o interesse contraste⁴¹, achou em sua consciência quanto valia o braço, a mão, o dedo, quanto os olhos, as pernas e os pés dos míseros humanos, de cuja perda, oferecendo infame sacrifício à maldita Mamona, se dão por restaurados do perdido com valor de pouca prata e

41 Medida de avaliação.

menos ouro. Passa adiante o desaforo e quer comprar os dotes do espírito; aqui é a maior violência, porque, de contínuo, prefere o rico ao sábio, o poderoso ao prudente, e, pior, também quer que sempre seja sábio o rico, sempre prudente o poderoso – o que Deus quis poucas vezes. Chega a mudar vontades e transtornar condições. Por isso, a outra recebe por marido o endinheirado que, sem dinheiro, nem para servo o receberia. Por isso se humilha a altiveza de quem se vê com o ouro obrigado, dando novas cores à sua condição. Porque ele, enfim, como metal pesadíssimo, sobre nenhum ombro se acomoda sem que o lancem por terra. Que ninguém se meta debaixo de seu jugo se não quer ser prostrado brevemente. Chega tão alto que, por ser o quatrino a moeda mais comum de Roma, disse já um crítico com atrevida agudeza que Deus em toda a parte era *trino*, mas em Roma *quatrino*. Ora, sendo nós estes, sendo tal nosso ofício e qualidade, que dinheiro cristão haverá no mundo que não procure sair dele? Eu, pelo menos, de minha parte digo que, cansado das tragédias passadas, e temeroso das que me podem estar esperando, de muito boa vontade me irei lançar no mar, sem hesitar, havendo companheiros, antes que por mim se lancem outros tantos, como estou vendo e ajudando a lançar cada dia.

Vintém: Se tu não entendeste a causa dessas revoltas, bem me estava que, como aquele outro filósofo selvagem, te encontraste no abismo marítimo por não saber averiguar, todo dia, as sete correntes do mar Euripo. Mas ouve agora. Certo juiz lá da minha terra, sendo-lhe trazido um preso por caso atroz, o condenou a pagar uma pataca. Instava o meirinho que era escandalosa a culpa, e que merecia grave condenação, ao que, muito fleumático, lhe respondia o

da vintena: “Levai-o, alcaide, que não tenho agora paixão que valha mais de trezentos e vinte réis.” Vós, senhor, estais tão irado contra nós todos que quereis fazer essa fineza pelos homens. Eles a merecem, porque por vós, e por outros como vós, muitos se lançaram já ao longe e tomaram a morte por suas mãos. Porém eu, que não lhes estou tão obrigado, em vez de me ir lançar no mar (como requereis), tornarei a deitar-me no meu saco e guardar-me na própria gaveta em que até aqui estava, fazendo uma vida covarde mas quieta.

Português: Todos, finalmente, viremos a fazer o mesmo. Mas ouviremos primeiro o nosso Cruzado, que eu acredito não lhe faltem boas razões para provar o pensamento que seguis.

Cruzado: Grave é o negócio para resposta apressada, mas já houve alguém que disse que queria antes errar depressa que acertar devagar.

Português: Esse é manifesto engano, porque ninguém é obrigado a obras diligentes, e todos o são a obras boas. Mas muito certo é que cada um ponha outro nome à sua vontade.

Cruzado: Verdadeiramente, quem executa suas ações com prontidão, grande desculpa tem quando não as acerta. Ademais, também a arquitetura das obras boas pede presteza e conveniência, visto que a um tempo o ferro mata e a outro é providíssimo remédio da vida.

Português: Ânimo! Ou depressa ou devagar, dizei já vosso parecer.

Cruzado: Parece-me, amigos, que a nós, os dinheiros do mundo, sucede o mesmo que ao ferro, ao chumbo, ao bronze e ao aço que, verdadeiramente, Deus deixou para conveniência: o ferro duro, com que lavrar a terra; o chumbo, menos rebelde, para as coisas que pediam mais brandura; o cobre, para os instrumentos do cômodo; o aço para os de fortaleza. E, desta sorte, e para este fim, enriqueceu de metais a terra que preparava para pousada do povo humano, a quem não queria faltasse nenhum gênero de comodidade. Mas ele, rude, soberbo, teimoso, parvo e avarento, eis que do ferro foi fazer espadas e cutelos; do chumbo, balas; do cobre, peças; do aço, pontes, de que nenhuma vida pode estar segura, a modo de boi de arame daquele Fálaris e daquele Perilo⁴², cujo artifício castigou primeiro o seu próprio inventor. Da mesma maneira, na prata e no ouro parece que os homens quiseram ignorar a providência divina; porque o uso lícito destes famosos materiais, dedicados ao esplendor, conveniência e adorno do mundo, foi de tal sorte por eles trocado que, de sua abundância, fizeram tirania, e de sua falta, infâmia. Em sua comutação, inseriram falsidade; em sua guarda, risco; em seu dispêndio, cautela. De tal desordem procede que todos andem nela metidos como insanos, uns trabalhando para adquirir-nos para nos desperdiçar, outros, havendonos adquirido, enterrando-nos para que ninguém nos goze. Infinitos nos roubam àqueles que nos guardam, para cáírem depois no próprio engano e castigo, sendo nós deles levados. Pelo que haveis de saber, amigos, que, fora este

42 Fálaris era um tirano da Sicília, que experimentava vários gêneros de tormentos contra os seus vassallos. Perilo construiu para ele um boi de bronze, que era esquentado, e onde se colocavam as vítimas. Perilo foi a primeira vítima de sua própria invenção.

mau uso, eu sinto em mim que nós somos a melhor invenção do mundo. Falai-me no que vale e no que des-cansa estar um cidadão na sua cama dormindo regalado, seguro e quieto, em noite tempestuosa de dezembro e, a troco de uma pequena migalha de prata e ouro, estar o miserável pescador lutando com a morte duas marés inteiras, para lhe trazer de madrugada o guloso besugo ou o pintado salmonete que lhe vem como pintado para jantar à sexta-feira! Dizei-me, que coisa há no mundo como ter um senhor muitos criados que, por breve porção de dinheiro, o sirvam e lhe adivinhem os pensamentos e, o que é mais, lhe sofram impertinências e sem-razões, e possa aquele curto interesse fazer maiores e menores aqueles homens a quem Deus e a natureza fez iguais? Que o mercador assista no seu porto, mole de mimoso, podre de rico, quando por seu dinheiro andem cem homens (às vezes melhores que ele e, quando menos, tais como ele...) dobrando cabos não conhecidos, forcejando com ondas e com ares, para lhe adquirir novos tesouros? E, finalmente, que o príncipe não saiba mais que medir com vagaroso passeio a breve distância que há do trono ao leito, do leito à mesa, da mesa ao coche, do coche ao paço, quando inumeráveis pessoas (por quem nunca foi ouvido ou visto!), pelo preço de uma pobre paga e de um socorro incerto, se exponham ao trabalho, se arrisquem à morte e se aventurem ao inferno? Agora passai avante com o discurso e fazei de conta que não há no mundo dinheiro; antes, por acordar sisudo, como dizem os que o desejam doido, se extingue entre os humanos esse costume. Considerai agora qual seria a confusão das pessoas! Como se conservaria a nobreza dos nobres, a justiça dos justos, a fortaleza dos fortes, a humildade dos humildes? Como serviriam os pobres? Como comeriam os famintos? Que tal

havia de ser, enfim, o trato dos mortais? Que roubos, que mortes, que insultos a cada passo sucederiam, querendo o mais potente ser o melhor, o mais furioso o mais acomodado? Como se remediaría a esterilidade das províncias? Como se aproveitariam de sua abundância? Porque, sem interesse, quem passaria trabalhos? E, sem trabalho, como se venceriam as dificuldades de que o mundo é composto? Quem haveria de ser aquele que fizesse respeitar a majestade, venerar a grandeza, sustentar a razão, apetercer a honra, sendo certo que prêmios e castigos são mais verdadeiros pólos do mundo visível que o Ártico e o Antártico? Os tratos e os comércios das pessoas, que são nervos da república, que fim haviam de ter? Oh, que depressa afrouxariam em seu movimento! Pois se todo o bem se faz em virtude do dinheiro, se todo o mal por seu meio pode evitar-se, para que quereis proibir aos homens o melhor instrumento que descobriu a indústria humana, em cuja estima, como necessidade, convêm bárbaros e civilizados, quase como natural remédio e ensino dela? Desta lei só se isentam os animais ou aquelas pessoas que por sua rudeza mal diferem daqueles, por não lhes ser concedido o entendimento, dote de anjos e homens, como mais ilustres criaturas do céu e da terra. Nós bem vemos que os cafres usam do seu zimbo⁴³ (pouco importa que o nome e a matéria sejam diversos), os etíopes do seu libongo⁴⁴; até os maranhões remotos batem moeda de seu algodão. Quais índios a fazem de pano tecido, quais do ferro e do cobre ou da miçanga – porque não consiste

43 Concha que serve de moeda em algumas regiões da África.

44 Pequena moeda africana.

o valor do dinheiro em que ele seja de qualidade realmente intrínseca, que essa também não alcança a prata e o ouro, pois são avaliados pelo teor de pureza estimado. Mas basta que tal estimativa esteja constituída por beneplácito universal daqueles que o usam, para que sobre esse gênero, ainda que inábil, se funde o trato útil da comutação recíproca, fiel e tranqüilo. Esse trato somente requer igualdade, sem a qual nenhum homem pode viver com outro, depois que a multidão dos viventes se descartou, como impossível, do primeiro uso da comunidade dos bens, que só pôde observar-se quando entre as pessoas do mundo não concorriam tão diversas vontades e apetites, que são condições inseparáveis do homem, o qual pode e deve moderar, quando injustos; mas nem justos ou injustos pode extinguir em si mesmo. Porque, como ao princípio eram poucas as almas, eram também poucas as vontades e os afetos de que se adornam – contra o que pareceu aos platônicos que afirmaram, com erro, o número certo dos espíritos. Cresceu com esse número o perigo das pessoas, e sobre a diversidade se estendeu logo o apetite, que o dinheiro, em vez de fomentar, modera, ou pelo menos não acrescenta mais que diminui. Porque, como ele é paga de tudo, é necessário que aquele a quem falta modifique seus desejos, que, de outra sorte, cresceram fomentados da abundância de nossas paixões, de que nenhum ânimo é pobre, até satisfazer-se à custa de muitos inconvenientes. Porque, se bem é verdade que o rico logo cresce em pensamentos, também é sem dúvida que o pobre logo deles se abate. E, como no mundo é tão menor a quantidade dos prósperos que a dos míseros, muitos mais são aqueles a quem a falta do dinheiro faz comedidos do que aqueles que sua abundância faz insolentes. Serve o dinheiro na República da mesma maneira que na música o

compasso: este regula os tempos, vozes e quantidades para que, soando uns mais e outros menos, mais apressados e vagarosos guardem todos entre si perfeita consonância. Da mesma sorte, o dinheiro taxa e reparte o movimento ao trato humano; porque, dispondo como os poderosos costumam, mais e mais depressa, e sendo melhor ouvidos, e sumindo as vozes aos pequenos, guarda o mundo aquela ordem de que resulta sua perfeita harmonia. Donde já disseram os sábios que na variedade consistia a formosura da natureza. Pelo que eu sou de parecer que o erro que hoje se padece nas monstruosidades de que somos caluniados não consiste na desigualdade com que a sorte nos repartiu, senão no errado uso que aqueles que nos possuem, ou aqueles que nos desejam, fazem de nossa presença ou ausência. Porque, se os ricos gastassem e os pobres merecessem, brevemente viriam todos a conseguir a igualdade de conforto. Mas que quereis vós que seja, se uns não fazem senão guardar ou desperdiçar e se outros não fazem senão invejar e desmerecer? Mal se tirará água de um profundo poço se os alcatruzes da nora⁴⁵ não se comunicarem uns com os outros. Porque, se o cheio não lançar água no vazio e aquele, depois de cheio, não a despejar no outro, que está vazio ainda, como ele há pouco estava, a água jamais poderá chegar arriba. Porém estas malditas noras (ou sogras...) que hoje são comuns no mundo, cada hora emperram e detêm os alcatruzes, sem que um queira ser bom a outro, querendo antes desperdiçar o seu cabedal que ajudar com ele seu vizinho. Aquele que tem água lá a bebe, lá a consome consigo

45 Engenhos de alcatruzes para tirar água dos poços ou dos rios.

mesmo, e o coitado que não a tem, nem quem lhe dê, dá quarenta mil voltas e ao cabo fica vazio. Com o que a horta é a que perde, como se vê na hortaliça tão seca e tão raquílica que hoje temos. Tudo isto vem de que não entendam os homens que o dinheiro se deve usar como meio e não como fim. É o dinheiro o meio universal de todas as coisas temporais, porque por ele todas se alcançam e facilitam. Mas, sendo tão bom por ser meio, é muito mau para ser fim. Porque quem só como fim o possui, esse, sim, terá dinheiro, mas nada tem por ele; e tanto lhe importará uma caixa de ouro como uma de areia, se desse dinheiro não usa nem dispõe. Donde afirmo, amigos, que, se entre nós há modo para fazer com que os homens nos tratem como ponte e não como estalagem, bom conselho tomamos em nos aconselhar o que faremos, buscando modos para o conseguir, o nosso e o seu remédio. Mas, como não temos essa faculdade, fique cada qual em seu engano ou desengano, e demos nós graças a Deus, porque nos deixou a menor parte do perigo.

Dobrão: Falou bem o Cruzado.

Vintém: Para fidalgo mancebo, não tem hoje feito mal.

Cruzado: Ainda me sobejaram razões para vos agradecer.

Vintém: Oh! Por Deus, não as digais, porque não há maior sandice que levar tudo a cabo!

Português: Ora fiquem os cumprimentos em custódia até a primeira audiência, para que os deis a nós todos juntos, quando vos gabarmos o relato da vossa vida e dos vossos

costumes, que esperamos ouvir-vos a vós e ao senhor vosso companheiro.

Dobrão: E quando será isso?

Português: Será a primeira noite que nos acharmos ociosos, que esta não vai mal lograda.

Vintém: Que assim seja; e, por ora, ponde fim à conversação, porque se me afigura que ouço já tinir as chaves do nosso carcereiro que vem correndo o ferro, como é uso.

Dobrão: Virá nos a contar esta madrugada, que assim o costuma sempre.

Português: Pouco lhe convém, se do contado come o lobo; senão, que o diga a chave falsa do sobrinho.

Vintém: E a gazua do criado.

Cruzado: Não contaís o embuste do amigo?

Português: Pobres de nós, quantos inimigos temos!

Vintém: Isso é falso, porque não são menos os amantes.

Português: Onde iremos neste meio tempo?

Vintém: A Gênova, porque o turco anda em Veneza.

Dobrão: Lá nos levam à força, com o que vos dispensam o ir de bom grado...

Português: Sou velho e ali faço conta de dar a ossada.

Vintém: É o Vale de Josafat do dinheiro. Todos lá havemos de acabar.

Cruzado: Tomai meu conselho e fiquemos mudos ao pé desta gaveta, até ver o que o mundo faz de si.

Dobrão: Ou o que nós fazemos dele!...



Cruzado



Português

SOBRE A INTRODUÇÃO DAS ARTES
(1675)

Duarte Ribeiro de Macedo

NOTA ACERCA DESTA EDIÇÃO

Esta edição baseia-se no texto publicado na *Antologia dos Economistas Portugueses – Século XVII*, selecção, prefácio e notas de António Sérgio, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1974.

Quanto à actualização do texto, em razão de sua extraordinária clareza e modernidade, limitamo-nos, quase que exclusivamente, a modificar a ortografia de acordo com o português padrão moderno.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

DA SACA DO DINHEIRO DO REINO

Diz-me Vossa Mercê que está lastimoso o comércio do Reino, porque as nossas mercadorias, por falta de valor, não têm saca, e os estrangeiros, para se pagarem das que metem no Reino, levam o dinheiro.

Mal é este que pede remédio pronto, porque, se continua, se perderão as Conquistas e o Reino: as Conquistas, porque a sua conservação é dependente do valor dos frutos que nelas se cultivam – e se não têm valor, não têm gasto, nem se podem comutar pelo infinito número de gêneros de que os moradores delas necessitam; o Reino, porque o dinheiro é o sangue das Repúblicas, e sucede no corpo político com a falta de dinheiro o mesmo que sucede no corpo físico com a falta de sangue. Sem dinheiro e sem comércio poderão viver os homens – mas da mesma sorte que vivem os índios no Brasil e os negros na África: dos frutos rústicos e naturais, mas sem sociedade civil, que é o que os distingue das feras.

Estes princípios não necessitam de prova; passemos de examinar a natureza do mal à dos remédios.

Dizem os políticos que o mal procede do luxo e das modas introduzidas no Reino, dos gastos supérfluos da nobreza nos vestidos, nos adornos das casas, nas carroças, e

no excessivo número de criados; e que pela prática das leis suntuárias, das proibições e pragmáticas contra os gastos supérfluos, não meterão os estrangeiros no Reino mais que o necessário, e não sairá do Reino o muito dinheiro que por aquele cano continuamente sai.

É muito boa razão esta, e foi praticada em todos os Reinos e Repúblicas bem governadas. É doutrina derivada das fontes de Platão e Aristóteles, seguida e aprovada de todos os autores, e sobre que se fundaram várias leis que achamos no direito civil.

A lei papia regulava em Roma as cores que as damas honestas podiam vestir, e taxava a quantidade de ouro com que se podiam adornar. A lei fábia limitava o custo dos banquetes, e a familia o número dos pratos, com pena, pela transgressão, não só a quem convidava, mas também aos convidados. A lei júlia ordenava que se não fechassem as portas e as janelas das casas em que se davam banquetes, para que pudessem ser vistos e examinados pelos censores, cujo supremo tribunal foi criado para a execução das leis suntuárias. É conveniente e justo que se pratiquem entre nós: mas o nosso mal é de qualidade que não basta este remédio.

Dizem os mercadores que procede o mal dos excessivos direitos que têm nas nossas alfândegas as drogas do Brasil, e ainda as do Reino, que os estrangeiros levam, – e argumentam desta sorte: os estrangeiros não ganham nos gêneros que levam de Portugal, senão nos que metem; e hão de pagar-se deles, ou em fazendas, ou em dinheiro; e sendo certo que perdem nas fazendas e no dinheiro, é também certo que levam aquilo em que menos perdem, e que levam o dinheiro porque perdem menos nele; que, se abaixarem os direitos nas alfândegas, perderão menos nas fazendas, e as levarão antes que o dinheiro. Esta razão é

muito boa; porque é certo que, se os mercadores perdem, por exemplo, vinte e cinco por cento no dinheiro, e vinte e quatro por cento nas fazendas, hão de levar antes as fazendas que o dinheiro.

Não reprovos esta razão, antes me parece digna de atender-se; mas tenho por certo que não procede o mal deste princípio, e ambos estes remédios não servirão mais que de entreter o achaque sem o curar: cortaremos os troncos; mas, como fica a raiz, há de produzir os mesmos efeitos.

Comumente gritam todos que se executem as leis que proíbem a saída do dinheiro; que se visitem as naus que saem do Reino; que se castiguem capitalmente os culpados neste delito: mas este remédio é inútil. A experiência o tem mostrado assim, e também a razão o mostra: porque os mercadores estrangeiros hão de pagar-se, ou em fazendas ou em dinheiro, e se as fazendas não bastam (como provarei) hão de levar o dinheiro, apesar de todas as proibições, diligências e castigos. E de aqui nasce que deste último remédio não faço nenhum caso.

O primeiro remédio, o das leis suntuárias, curaria o mal, se o dinheiro que nos levam fora só o pagamento do que nos metem supérfluo; mas como é certo que não é só do supérfluo, mas do necessário – não são aquelas leis o remédio do mal; além de que, que leis destas vemos observadas? Se a vaidade dos homens se curara, fácil execução tiveram aquelas leis; mas como é quase impossível aquela execução, esta é a razão por que Tibério no Senado reprovava a publicação das leis que só serviam para descobrir a impotência das mesmas contra aquele vício de muitos anos introduzido, como refere Tácito.

O segundo remédio, de baixar os direitos nas alfândegas e o preço das drogas do Brasil, curara o mal se elas

fossem bastantes para pagar aos estrangeiros o preço de todas as fazendas que recebemos deles – como, por exemplo, se recebêssemos 4 milhões e tivéssemos 4 milhões em drogas com que os satisfazer; mas se recebemos 8 milhões, e temos só 4 que dar em troco, necessariamente havemos de pagar o resto em dinheiro. Não é contudo para ser desprezado este meio, por duas razões: primeira, porque, se os estrangeiros perdem mais em levar fazendas do que em levar dinheiro (como afirmam os homens de negócio), levarão menos em dinheiro tudo o que levarem de mais em fazendas e drogas; a segunda razão é porque baixa e falta de saca dos nossos açúcares não procede só da carestia deles, mas das fábricas que os ingleses, holandeses e franceses têm nas ilhas da América; e a diminuição do preço dos nossos, juntamente com a sua bondade, lhes facilita a saca, sendo o seu vil e custoso; e por esta razão ouvi a muitos estrangeiros que por facilitarem o gasto dos seus açúcares os misturavam com os nossos.

CAPÍTULO II

QUAL É A CAUSA DA SACA DO DINHEIRO DO REINO

O comércio se faz ou por permutação, ou por compra e venda: trocando fazendas e frutos por frutos e fazendas, ou pagando a dinheiro. Deste princípio, sabido em direito, se seguem três estados de comércio: primeiro, rico; segundo, medíocre; terceiro, pobre.

O rico é quando um Reino tem mais fazendas que dar (de que os outros necessitam) do que tem necessidade de

receber: porque, pelo valor em que excedem as fazendas e frutos que dá, às que recebe, necessariamente recebe dinheiro; o medíocre é quando tem fazendas e frutos que dar em igual valor aos que recebe: porque nem se empobrece dando dinheiro, nem se enriquece recebendo-o; o pobre é quando necessita de mais fazendas e frutos do que tem para dar: porque necessariamente paga o excesso em dinheiro.

Nós estamos neste terceiro estado de comércio, e esta é a única causa por que os estrangeiros tiram o dinheiro do Reino: eles o confessam assim. O marquês Durazo, presidente de Gênova, em Paris me disse que o seu comércio com Portugal se perdia, porque, metendo em sedas, papel e outros gêneros muita fazenda, tiravam açúcares e tabacos em maior quantidade do que podiam gastar; donde se seguia terem os armazéns cheios destes gêneros, e se venderem em Gênova a mais baixo preço do que em Portugal: o que os obrigava a levar dinheiro, com risco de lhes ser tomado pelas nossas proibições.

Os ingleses só em três gêneros: baetas, panos e meias de seda e lã (deixando outros de menos conta) metem no Reino uma fazenda inestimável. Só em meias de seda me disse um inglês prático que gastava Portugal 80 mil pares, que, a quatro cruzados cada par, fazem 320 mil cruzados. O que tiram do Reino são azeites (que também levam de Itália) e sal (suposto que do da França se servem para o uso comum das cozinhas e mesas); fruta de espinho¹; açúcar (ainda que com pouca conta, pelo muito que fabricam nas suas colônias da América); tabacos (com a mesma pouca conta, porque o cultivam nas mesmas colônias);

1 Frutos cujas árvores são de espinho, tais como laranjas, limões e limas.

pau-brasil; e outras coisas de menos consideração. Dizem que tudo o que tiram não lhes paga duas partes do valor do que metem: e de aqui se segue que não sai nau inglesa do porto de Lisboa sem levar grande soma de dinheiro.

Os franceses metem grande número de fazendas, como sejam tafetás, estofos de seda e lã. Samersão é uma ilha junto a Rochela, onde se fabricam sarjas e estamenhas, vivendo deste trabalho mais de 10 mil pessoas (e toda a saca é para Portugal), e chapéus e fitas de toda a sorte em quantidade incrível; e chega isto a tanto que até aos nossos alfaiates e sapateiros tiram o sustento, mandando sapatos, vestidos feitos, talins, botas e até saltos de sapatos. Não falo de um grande número de bagatelas, de que não é o menor as obras de pedras falsas, cabeleiras, relógios, caixas, espelhos e outras. Tiram de Portugal pau-brasil, açúcar, tabaco, com a mesma pouca conta que os ingleses; algum azeite (porque têm muito em Languedoc e Provença); lãs, particularmente depois da guerra com Castela; e outras coisas de menos conta, como são frutas de espinho, cheiros, madeiras do Brasil, doces da ilha da Madeira, marfim, sumagre (que também é boa droga para outras partes).

Eles mesmos dizem que tiram algumas destas coisas mais por necessidade que por interesse, não lhes sendo possível tirar dinheiro por tudo; e me consta que não vem embarcação nem se retira francês de Lisboa sem trazer a maior parte do seu cabedal em dinheiro. Há poucos meses que desembarcou um na Rochela, e, levando à alfândega algumas caixas de açúcar, de uma delas tirou, à vista de todos os oficiais, 20 mil cruzados em dinheiro.

Holanda, Suécia e Hamburgo metem no Reino todas as coisas necessárias para a fábrica das naus, pólvora, balas, ferro, cobre, bronze, artilharia e todas as obras de arame.

Holanda mete grande quantidade de sarjas, estame-nhas, duquesas (particularmente de cor grã) e – o que é mais lástima – as drogas da Índia; e, tendo nós as melhores madeiras do mundo, nos vem uma grande quantidade de fábricas de madeira, como são armários e contadores; pela sua mão nos vêm as armações de Flandres e as pinturas e outros comuns adornos das casas. De coisas que servem ao sustento nos metem queijos e manteigas; os franceses e ingleses, bacalhau; e nos anos estéreis nos vem de França uma grande soma em trigo e cevada.

A Hamburgo temos de pagar com sal (que é o fruto que lhe damos de melhor conta), açúcar, tabaco e fruta de espinho; à Holanda pagamos também com sal, drogas do Brasil e sumagres (que também levam franceses e ingleses), azeites, e estes anos levaram algum vinho do Porto e outras coisas de menos conta.

A Flandres pagamos com alguma pedraria, que para Anvers² especialmente sai a que temos; mas é certo que não temos com que comutar tudo que recebemos; são contudo os holandeses tão senhores do comércio do mundo que, ainda que seja com pouca conta, tomam tudo o que lhe damos, porque lhe dão saca, navegando todo o gênero de fazenda.

Também entre as coisas que nos metem é grande a despesa que nos fazem os livros de Lião e Holanda, as roupas brancas (que são holandas, cambraias e ruões) e outras muitas coisas de que os nossos mercadores darão conta mais individualmente.

Entendo que Castela nos ajuda a pagar uma grande parte do dinheiro que sai, porque é certo que toda a moeda

2 Antuérpia.

castelhana, que entra de Castela pelo gênero que sabemos, sai para as nações referidas, e se busca e troca a toda a diligência em Lisboa, porque lhe acham melhor conta que no nosso dinheiro.

Finalmente, a melhor prova do muito que metem no Reino, e do grande preço que excede o que metem ao que tiram, será o exame que cada um de nós pode fazer em si mesmo. Qual há de nós que traga sobre si alguma coisa feita em Portugal? Acharemos (e não ainda todos) que só o pano de linho e sapatos são obras nossas. Chapéus, já se desprezam os nossos, e não se estima homem limpo o que não traz chapéu da França. Não digo já a nobreza e os seculares (a que o luxo e a estimação errada que se faz das coisas estrangeiras podia fazer desprezar as naturais), mas os mesmos religiosos se vestem comumente todos de sarjas e panos de fábricas estrangeiras.

Feito este reparo, veremos facilmente que não temos drogas, frutos nem fazendas com que comutar esta prodigiosa consumpção que fazemos no Reino e nas Conquistas.

CAPÍTULO III

ESTE É O MESMO DANO EM QUE TEM CAÍDO
E COM QUE SE TEM EMPOBRECIDO CASTELA

Fiz particular observação entre a riqueza da França e a pobreza de Castela. A França sem minas está riquíssima; os particulares que têm só 2 mil escudos de renda são pobres; os gastos das mesas, os vestidos, os adornos das casas, as carroças, passam a um excesso incrível. El-Rei

tem 40 milhões de escudos de renda; paga na guerra presente 160 mil infantes e 40 mil cavalos. A Espanha tem minas, recebe frotas carregadas de prata todos os anos, e está sem gente e sem dinheiro, e necessita de que a Europa toda se arme para a defender da França. Isto não é coisa que as histórias nos deixassem escrita, é um fato que temos diante dos olhos.

A razão desta diferença é a do comércio, e não há outra. França mete em Castela mais de 6 milhões de ouro todos os anos em fazendas, e retira mais de 6 milhões de ouro em dinheiro e barras. Só de roupas brancas da Bretanha e da Normandia dizem os franceses que metem em Castela 8 milhões de libras. Depois desta observação, fiz este argumento: todo o comércio do mundo se faz ou por comutação de umas fazendas por outras, de uns gêneros por outros, ou por compra e venda, pagando a dinheiro o que se recebeu em fazendas e drogas: a França manda a Castela 6 milhões de ouro em fazendas, e não necessita de drogas nem de fazendas de Castela: logo, faz o contrato por compra e venda, recebendo dinheiro; e de aqui nasce a riqueza de França e a pobreza de Castela.

Achei um tratado castelhano, intitulado *Restauración política de España*, composto por D. Sancho de Moncada³, catedrático de Escritura em Toledo, e oferecido no ano de 1619 a Filipe III, o qual me confirmou nesta opinião

3 Representante entre os mais importantes do pensamento econômico castelhano do século XVII, Sancho de Moncada é o autor do breve escrito *Restauración política de España* (1619), cuja publicação foi precedida pela de um resumo do próprio Moncada, com o título de *Suma de ocho discursos* (1618). Para este notável pensador, a decadência econômica da Espanha foi consequência da grande imissão de metais preciosos vindos da América, passando os espanhóis de uma economia de exportação a uma economia de importação, com a consequente ruína das manufaturas nacionais e o grande empobrecimento do país. Duarte Ribeiro de Macedo segue essencialmente, como ele declara repetidas vezes, a obra desse autor.

com provas tão evidentes, com uma tão lastimosa relação das misérias de Castela, que cuidei que, se tivéssemos a indústria de nos prevenir à vista delas, de acudir com remédio aos mesmos danos, que começam a nos maltratar e caminham a nos pôr no mesmo estado, poderíamos justamente exclamar com aquele verso latino: “Felix, quem faciunt aliena pericula cautum.” Referirei algumas das observações deste tratado que servem a este discurso. Diz o autor que no ano de 1619, em que escreve, tinham entrado em Castela 120 milhões de ouro, de que já não havia 80. Somas ambas incríveis: a que entrou, por grande, e a que ficou, por pequena; e examinando a causa, refuta a razão comum dos que dizem “que as guerras de Flandres e Itália”: porque prova que até aquele ano se tinham gasto, conforme as remessas e os assentos, 300 milhões; concluindo enfim que valem mais as mercadorias estrangeiras que entram em Castela que as que saem, 30 milhões, todos os anos. Porei aqui um só exemplo dos muitos que traz o dito autor, que não serve pouco a este discurso. De vinte lavadeiras de lã, que diz que havia naquele tempo em Castela, saíam 500 mil arrobas de lã, que, a 3 cruzados novos, importavam em milhão e meio; e metiam os estrangeiros, em diferentes gêneros de lã, milhões e meio, de sorte que só neste gênero de mercadoria excedia 6 milhões o que metiam ao que tiravam.

Da última consideração que fiz no capítulo passado, tira-se um argumento infalível. Não há pessoa nenhuma em Castela que não gaste todos os anos ao menos 6 cruzados em mercadorias estrangeiras; e havendo na Espanha (não declara se compreende Portugal) 6 milhões de almas, fazem 36 milhões todos os anos de gasto só com as fazendas que servem ao uso de vestir; e ele confessa

(e eu o creio) que diz pouco em dar a cada pessoa 6 cruzados de gasto somente.

Seria conveniente que Sua Alteza mandasse fazer a conta do que entra no Reino de fazendas estrangeiras e do valor delas, e do valor dos gêneros e das fazendas que os estrangeiros tiram, com distinção particular, para averiguar a verdade infalível deste discurso.

CAPÍTULO IV

ESTE DANO NÃO É ANTIGO NO REINO

A primeira e mais visível objeção que se oferece a este discurso é que se do Reino saem todos os anos copiosas somas de dinheiro (como parece que prova o que fica referido) nos acharíamos já sem ouro nem prata, porque no Reino não entra em muitos anos prata nem ouro em quantidade que iguale a soma que sai em um só ano; e que como não estamos ainda nestes termos, não deve ser esta a causa, nem deve sair do reino tanto dinheiro quanto supõe este discurso.

A resposta não é difícil, e cuido que ela confirmará o que temos provado.

É necessário considerar três tempos no Reino: um, antes que passássemos à Índia; outro, enquanto fomos senhores do comércio dela; e o último, depois que o perdemos, que começou na perda de Ormuz e acabou na de Ceilão.

No primeiro tempo não houve este dano, naquela idade a que podemos chamar de ouro, não entraram no

Reino fazendas estrangeiras, particularmente das que dependem de arte; e como o Reino era abundante de frutos de que os estrangeiros necessitavam, era muito mais o que tinha que dar do que o que deles recebia; e ainda que os preços eram vis comparados com os presentes, contudo a moderação daquela idade os fazia grandes; havia dinheiro para suntuosas fábricas, para grossas armadas com que passaram à África os nossos reis, e para grandes exércitos.

É certo que então não entravam no Reino fazendas estrangeiras, porque nos vestíamos com panos fabricados em Portugal, e as sedas (que não se fabricavam) tinham tão pouco uso que el-Rei D. Manuel, no primeiro ano do seu reinado, escreveu uma carta a Évora, ao conde de Vimioso, em que o reprendia de haver consentido que a condessa sua mulher se vestisse de veludo, e dá a razão nestas palavras: “Porque o veludo, conde, é para quem é.” Os adornos das casas da nobreza do Reino eram cabides de armas, sempre luzentes e prontas para o exercício da guerra. A maior despesa eram bons cavalos; nem coches nem liteiras conhecia aquela idade. As rainhas marchavam em mulas. Com este aparato recebeu a rainha D. Leonor a princesa de Gales, quando trouxe a Lisboa seu filho para se receber com a infanta D. Brites, que depois foi rainha de Castela. Todos ouvimos a nossos avós que o uso comum eram botas, as da corte mais polidas que as do campo, e a este uso atribuíam não se conhecerem naquela idade alguns achaques de que hoje se padecem. Destes exemplos estão cheias as nossas histórias, e tem copiosa notícia a tradição.

No segundo tempo, que é o das conquistas (glorioso sim, mas em que se perdeu a moderação dos primeiros séculos), abrimos as portas às riquezas do Oriente, que fizeram o Reino abundante e rico; e seguiu-se o luxo,

companheiro inseparável da riqueza. Passou a ser desprezo a pobreza antiga, e foi necessário que a casa de Vimioso vestisse de veludo as criadas, o que de primeiro fora condenado na senhora; trocaram-se os cabides por panos de rás, e as mulas e os cavalos por coches e liteiras; e abrimos também as portas às fazendas estrangeiras, e meteram os estrangeiros neste Reino tudo o que a arte e o luxo tinham descoberto nos outros. Ainda assim nos não levavam dinheiro, porque, como éramos os únicos senhores de todas as drogas e riquezas do Oriente, tínhamos muito mais que dar do que recebíamos; e metiam no Reino, por consequência, fazendas e grossas somas de dinheiro, e disso nascia ser Portugal o mais rico Reino, e Lisboa a mais rica praça do mundo, e andarem públicos no comércio dela 80 milhões no ano em que el-Rei D. Sebastião passou à África.

O terceiro tempo, que é depois da perda do comércio da Índia, foi o em que contraímos a enfermidade mortal de que hoje padece o nosso comércio; porque nós necessitamos de todas as coisas que introduziram as riquezas da Índia, e não temos as riquezas da Índia com que as pagarmos, donde se segue que pagamos em dinheiro aos estrangeiros o que excede o que nos dão ao preço das fazendas e drogas que nos levam.

D. Sancho de Moncada, autor citado, admira-se com razão de que haja dinheiro em Castela: porque, assentando que dela saem todos os anos 30 milhões, e entram só 8 ou 9 das Índias, não devia já ter com que pagar às nações; mas a razão que acha a esta dificuldade é o muito que tinha entrado nos primeiros anos daquele descobrimento (e é a mesma que podemos dar, fazendo a conta ao muito que tínhamos recebido); e conclui que Castela se há de

esgotar, e perder-se por conseqüência. Oh! Queira a Providência Divina que não seja castigo em nós a dilação do remédio, assim como parece castigo nos castelhanos, e que nos livre da ruína que nos ameaça, assim como nos livrou da sua sujeição!

CAPÍTULO V

QUAL PODE SER O REMÉDIO DESTE DANO

Segundo a diferença que fiz dos tempos que considerarei no Reino, parece que o remédio do mal do terceiro tempo será reduzir o Reino, ou ao primeiro ou ao segundo: ou passar à moderação com que se vivia antes do descobrimento da Índia, ou restaurar a Índia.

Não há dúvida de que fora este o remédio, e também que fora quimera propô-lo. Fora propor aos romanos, no tempo dos cézares, a que se reduzissem ao tempo dos cúrcios e dos fábios; fora ridículo o remédio que nos havia de obrigar a calçar unicamente botas e a vestir os panos da serra de Minde e de Estrela.

A mesma impossibilidade parece que tem a restauração da Índia em tempo que não podemos aviar duas naus para aquele Estado, aonde mandam trinta e quarenta as nações belicosas da Europa. Esta grande obra fará Deus quando a merecermos, ou quando for servido, se nos tiver escolhido por restauradores, como nos escolheu por descobridores e conquistadores.

O remédio não é fácil; mas não é tão difícil como aqueles dois.

A Filipe III se deu por remédio, para não sair a prata e o ouro da Espanha, subir a moeda e aumentar o valor do ouro e da prata, e se apontavam as razões verdadeiramente aparentes: primeira, porque, sendo levados dos estrangeiros como mercadoria que vale mais na sua pátria que na Espanha, subindo o preço que não valesse mais, não seria mercadoria útil para eles; segunda, porque todas as mercadorias (ainda metais, como cobre, que vem do Norte) valem mais na parte aonde se levam que na parte donde saem, por fazerem ao menos vinte por cento de custo na transportação, e que assim era conveniente que valessem mais na Espanha, aonde se trazem, que no Potosí, donde se tiram. Mas é inútil este meio, porque, como se necessita de fazendas estrangeiras, os estrangeiros são os legisladores dos preços, e sobem as fazendas que metem a preço que iguale o que subiu a moeda, e lhe fica com a mesma conta para a levarem.

A experiência o tem mostrado entre nós: porque, depois que a necessidade da guerra nos obrigou a aumentar o valor da moeda, cresceram os preços de todas as fazendas, e pagamos com uma pataca, que vale 30 vinténs, a mesma quantidade que pagávamos quando valia 16, o que obra que o mercador tire dinheiro com a mesma conta que antes, sendo só nossa a perda, que vai de 16 a 30.

As proibições e as leis que impedem a saca do dinheiro (que já apontei não ser remédio) foram também propostas como remédio no conselho de Castela, com uma razão aparente. Diziam que se praticava assim em todos os Reinos vizinhos donde é certo que os mercadores não tiram dinheiro, e que se não dá maior razão para que estas leis produzam o efeito para que foram estabelecidas nos outros Reinos, e o não produzam na Espanha; mas a razão da diferença é clara: os estrangeiros têm fazendas,

com que pagam todas as mercadorias de que necessitam, o que obra que as suas leis tenham fácil execução; e as nossas a têm difícil e impossível, porque não temos com que comutar o muito de que necessitamos, e somos obrigados a pagar em dinheiro o excesso.

Deste remédio usaram inutilmente os castelhanos, porque proibiam as sacas do dinheiro com infinitas leis e pragmáticas, reiteradas em todos os governos, desde o tempo dos reis católicos até o presente; e em uma que publicou, Carlos V dá a razão nestas palavras: “Porquanto los Franceses llevan el oro, y con él nos hazen la guerra.”

Finalmente, o único meio que há para evitar este dano, e impedir que o dinheiro saia do Reino, é introduzir nele as artes. Não há outro que possa produzir este efeito, nem mais seguro, nem mais infalível.

CAPÍTULO VI

PROVA-SE A INFALIBILIDADE DESTE REMÉDIO

A prova é evidente: as fazendas lavradas, que os estrangeiros metem no Reino, são as que unicamente fazem exceder o preço do que metem ao preço do que tiram do Reino, como temos provado; pela introdução das artes se evita a introdução das fazendas que os estrangeiros metem neste Reino; logo, não excederá o preço das fazendas que entram no Reino ao preço das que saem, e teremos com que pagar as fazendas e drogas que entrarem, sem que seja necessário pagá-las a dinheiro.

Da maior e da menor desta conclusão se não pode duvidar; mas fazamos mais verossímil a prova da menor.

Todos sabemos que a maior despesa e gasto que faz o Reino é de sarjas, baetas, panos e meias de seda. Sarjas gastam todas as religiões de frades e freiras deste Reino, exceto algumas. Só os mantos das mulheres bastam para a consumpção de uma grande quantidade de fazendas deste gênero; e todos no verão nos vestimos comumente de sarjas. De baetas não só nos vestimos todos, e as usamos nos lutos, mas somos os únicos homens que as gastam em Europa. Meias de seda, fica dito que só à Inglaterra gastamos 80 mil pares. Panos, é uso comum de grandes e pequenos em todo o Reino no inverno, e não só no Reino mas em todas as Conquistas. Estes são os gêneros mais grossos que os estrangeiros navegam, e que o uso comum faz mais custosos ao Reino, o que na verdade é coisa vergonhosa para as nações da Espanha. Suponhamos que obramos o que baste para o uso comum do Reino e das Conquistas nestes cinco ordinários gêneros de sarjas, baetas, meias de seda, panos e papel, e deixo à consideração de todos o que pouparíamos de dinheiro, cujo gasto nos empobrece e enriquece as nações de quem os recebemos.

CAPÍTULO VII

SE É FÁCIL NO REINO A INTRODUÇÃO DAS ARTES

Os autores reduzem as mercadorias que dependem da arte a três classes, a saber: umas têm metade de obra e metade de matéria, como são sedas; outras têm uma parte de matéria e duas de obra, como são linhos, algodões, lãs e obras de ferro; outras têm todo o valor pela fábrica, pelo

pouco que vale a matéria, como são algumas obras de madeira e particularmente papel.

Destas, são as mais necessárias para a República as da segunda e da terceira classe, por duas razões: primeira, porque são as de uso mais comum; segunda, porque tendo todo o valor na obra, dão mais ganho ao artífice, que o bom governo quer que fique aos naturais e não passe aos estrangeiros.

Outra diferença se considera nestas obras da arte: umas são fáceis e outras difíceis de obrar; as mais fáceis são aquelas que não têm valor, como panos, sarjas, baetas, etc.; as mais difíceis são sedas lavradas, brocados, tapeçarias, etc.

As de uso comum são as mais fáceis de obrar e as mais necessárias no Reino, e as que inculco para o fim a que se encaminha este papel. Não digo que se procure a introdução da fábrica das mais difíceis, e que façamos logo fábricas de brocados, de tapeçarias e outras coisas semelhantes, suposto que fora utilíssima a introdução de todas, como mostra este discurso.

A introdução das artes que são mais comuns é também mais fácil nas terras onde há as matérias que nas onde faltam; e por consequência, mais fácil será entre nós do que entre as estrangeiras. Todos sabemos que no Reino e nas Conquistas há em abundância lã, linho, algodão e todos os materiais que servem às tinturas; e não há em abundância sedas por falta de aplicação, como direi em outro lugar.

Carlos V costumava dizer que os espanhóis pareciam sisudos e eram doidos, e os franceses pareciam doidos e eram sisudos. A razão desta diferença é clara: os espanhóis têm todos os materiais e desprezam as artes; e os franceses não têm os materiais e estimam as artes. Os espanhóis

têm lã que lhes compram os franceses, e depois compram as obras de lã aos franceses, com mais de dez partes de excesso do valor do que a matéria que venderam. Quem não dirá que esta nação é bárbara, e aquela civil? Esta louca, e aquela sisuda?

Por onde se deve começar para a introdução das artes é com a proibição rigorosa de saírem do Reino os materiais que se podem lavrar nele. Além de que a saca das lãs perde infalivelmente as poucas fábricas que há de panos, por uma razão evidente. É certo que a abundância das lãs as fará dar a melhor preço, e a falta as faz ficar mais caras; se os nossos obreiros as acharem baratas, poderão dar os panos a melhor conta (e pelo contrário, se não as acharem a bom preço): daqui se segue que compramos mais baratos os panos aos estrangeiros do que aos naturais; e faltando aos naturais o gasto do que obram, deixam de obrar, e se perdem as fábricas – que é o mesmo que sucedeu aos castelhanos, como veremos.

Ponhamos o exemplo no pano de linho. Este é o único material que se obra no Reino; não sai dele, e daqui vem que temos pano de linho não só para o comum gasto do Reino, mas para vender a Castela e para mandar às Conquistas. Não sair esta matéria do Reino, gastarem-se as obras que dela se fazem, é a razão por que toda uma província (seja Deus louvado) se aplica às obras de linho. Isto mesmo sucederá com a lã se não sair do Reino. Se houver artífices para obrarem os gêneros que aponto (que necessariamente hão de ter gasto) e se applicarem a obrá-los, teremos não só o que baste para o Reino, mas para dar a Castela e mandar às Conquistas.

Já por uso a lei do Reino se dá privilégio de dez anos de isenção de direitos a qualquer artífice que intentar alguma fábrica nova. Lei justa e útil; e porque os

privilégios e prêmios tudo facilitam, depois de haver artífices será conveniente cuidar em outros prêmios, como gastar a fazenda real mil cruzados nos primeiros anos de pensão aos artífices que melhor obrarem este ou aquele gênero, e ordenar Sua Alteza que para os dotes da Misericórdia sejam preferidas as moças que fiarem lã e obrarem meias e fitas. Aos obreiros deste gênero também se facilitará a escolha de lugares abundantes em águas e lãs, deixando à província de Entre-Douro-e-Minho, e comarca de Lamego e algumas terras de Trás-os-Montes, o trabalho de linho e seda, que nela se continua. Deixo para outro lugar outros meios, que vi praticar na França.

CAPÍTULO VIII

SE TEM INCONVENIENTE ESTA INTRODUÇÃO DAS ARTES

O primeiro inconveniente que se considera, e que é comum entre os nossos ministros, é dizer que se introduzimos as artes não terão saca as nossas drogas, que os estrangeiros buscam a troco das suas manufaturas; e perderemos as Conquistas, que só com a saca delas se conservam, e a fazenda real o direito das alfândegas. E anda tão respeitada esta razão que se tem por odiosa a prática de introduzir as artes na opinião de alguns, e perigosa na opinião de muitos. Mas deixando para outro lugar as felicidades próprias que com elas se introduzir no Reino, e supondo que pode ter inconvenientes, respondo a eles.

1.º) Que é necessário examinar qual é maior dano: se continuarmos no estado presente, que nos esgota o Reino de dinheiro e nos deixa as drogas; ou diminuir a

saca das drogas pela introdução das artes, que é só o remédio que temos para impedir a saca do dinheiro e de ouro e prata do Reino.

2.º) Eu não digo que introduzíssemos tantas artes que não necessitássemos das artes estrangeiras (suposto que tenho opinião contrária); digo só por agora que introduzamos as mais necessárias e as que têm uso mais comum, e as que ficassem bastariam largamente para se comutarem pelas nossas drogas e fazendas que temos para dar. Por exemplo: se temos 4 milhões de drogas e fazendas que dar, e temos necessidade de receber 8, introduzamos as artes que valham 4; que é este, como fica dito e provado, o único remédio que temos para conservar o dinheiro; e com esta conta, que não será difícil de fazer, cessará a razão do temor deste inconveniente, e se achará que não só o não é, mas que é muito necessária, para remédio do Reino, a introdução das artes.

3.º) É falso o princípio de que depende da falta das artes a saca das nossas drogas; porque se facilita por outro princípio mais natural, que é a necessidade que os estrangeiros têm delas. Se necessitam delas, a abundância das artes não a há de dificultar. O exemplo tem passado por nós: há alguns anos o açúcar e o tabaco tinham muita saca, porque só nós é que tínhamos abundância destas drogas e todos necessitavam delas; fizeram as nações do Norte fábricas de açúcar e tabaco nas ilhas da América, e faltou a saca, porque não tiveram necessidade destas drogas; donde se vê que nem a falta das artes foi a causa do muito gasto delas, nem a introdução das artes do pouco gasto.

Outro princípio há também para dificultar a saca das nossas drogas, que é o havê-las em outra parte a melhor preço; mas isto se remedeia com abaixar o preço, que é o

meio que usam os holandeses em toda a parte do mundo e com que se conservam senhores do comércio.

Também a muita abundância destes gêneros pode ser a causa, ainda que todos necessitem deles; porque, se bastam para a Europa 50 mil caixas de açúcar, e nós levarmos 100 mil, necessariamente há de faltar a saca a 50 mil caixas, sem que a introdução das artes seja culpada nesta falta de saca. Isto sucede comumente com todos os frutos da terra, em que uns anos são mais abundantes que outros, como são as nossas drogas, que em uns anos se gastam todas e em outros sobejam, porque há mais do que se pode gastar.

4.º) Se não tiverem saca as nossas drogas, porque faltaram os estrangeiros a virem buscá-las: ou pela introdução das artes (o que nunca poderá ser), ou porque as têm entre si, nós as navegaremos aonde eles as navegam, porque enfim, nós lhes ensinamos a arte da navegação; e assim supriremos a falta de saca para as nossas drogas pelo excesso que levam na bondade às dos estrangeiros.

CAPÍTULO IX

PROVA-SE QUE NÃO TEM INCONVENIENTE, PELO EXEMPLO DAS DEMAIS NAÇÕES DA EUROPA

A Providência Divina, cuidadosa da mútua correspondência dos homens e da sociedade civil das nações, não deu a uma só os bens da natureza; repartiu a produção pela diversidade dos climas, para que a necessidade que uns têm do que os outros produzem facilite o comércio e o trato entre os homens, levando uns, e trazendo outros,

o de que necessitam todos. De aqui se segue que não há província tão abundante que não tenha necessidade dos frutos alheios, e nenhuma tão pobre e estéril que não tenha que mandar às abundantes.

Mas a indústria e o entendimento repartiu igualmente a todas as nações, fazendo a todas capazes das operações da arte; e se faltam em algumas, é por falta do uso e da polícia⁴, e não da capacidade.

Temos o exemplo na Alemanha, onde hoje mais florescem as artes, e que era no tempo em que escreveu Tácito tão inculta e bárbara como sabemos que é hoje a América e a Etiópia.

De aqui se segue que será castigo, e não disposição, da Providência Divina, a menor aplicação que umas nações têm, mais do que outras, ao exercício das artes mecânicas.

Mas, deixando as moralidades a que dava ocasião este reparo, digo que aquela repartição da Providência segura entre os homens a saca de todos os frutos de que tem abundância, pela comutação dos de que tem falta; e que as artes, ainda que sejam comuns a todas as nações, não podem impedir nem ser danosas ao comércio. Esta é a razão por que todas as nações bem governadas procuram ter abundância de artes, sem que nenhuma se receie do dano de que as artes lhe serão contrárias ao seu comércio. Vejamos as nações vizinhas.

A Inglaterra e a Holanda não têm sedas, porque a natureza negou esta produção aos seus climas; e assim as

4 No *Dicionário da Língua Portuguesa* de A. de Morais Silva, esse termo é assim definido: “O governo, e administração interna da República, principalmente no que respeita às comodidades, i.e., limpeza, aceyo, fartura de víveres, e vestimenta; é a segurança dos Cidadãos.” Sendo do século XVIII, o dicionário de Morais expressa o sentido específico de *polícia* neste texto.

recebem das terras que as produzem; mas o que a arte põe em obra destas matérias procuram cuidadosamente ter em abundância: porque se as fossem buscar lavradas para seu uso, iriam lhes custar muito mais do que valem as fazendas e drogas que comutam pelas sedas.

A França não tinha seda, mas era capaz de a produzir; vinham-lhe da Itália as roupas de seda para seu uso. Henrique IV, não menos glorioso por esta obra que pelas vitórias que conseguiu, fez plantar amoreiras e criar os bichos, e chamou à França com grossos salários mestres de diferentes partes, introduzindo esta fábrica em França, de sorte que hoje o que vale esta arte é a sua maior riqueza. O marquês Della Rovere, residente de Gênova em Paris, disse-me que antes de haver as fábricas de seda na França tinha Gênova 2 mil teares, e que hoje tem só 400. Li em um livro, impresso em Paris no ano de 1655, o decreto de Henrique IV sobre a introdução da fábrica da seda, e achei nele todas as razões em que se funda este discurso. As palavras são as seguintes, passadas fielmente à nossa língua:

“El-Rei no seu conselho, reconhecendo que a introdução das sedas nas terras do seu domínio é o único remédio para evitar a saída de 4 milhões de ouro, que todos os anos passam às nações estrangeiras pelas sedas; que era necessária esta arte ao decoro público e para a riqueza e ocupação dos seus vassallos: ordena, etc.”

Os venezianos são tão cuidadosos de que tudo o que a arte acha de novo fora de Veneza se obre na sua república, que no mesmo tempo proíbem a entrada das novas manufaturas e procuram artífices delas, porque têm por felicidade e riqueza que os estrangeiros não levem ao seu Estado coisa alguma que dependa da arte e nele se

possa fabricar. O último exemplo são as cabeleiras, cujo uso proibiram, exceto as que se obrassem em Veneza.

Na França há hoje este mesmo cuidado. Vieram no meu tempo a Paris umas rendas de Itália a que chamam ponto de Veneza; começaram a ser moda, com grande despesa dela; acudiu o governo com grande remédio, introduzindo a arte a todo o custo, e prêmios a quem melhor obrasse, e proibindo a entrada com tal rigor que se queimavam em praça pública as que se achavam nas casas dos mercadores, de que resultou grande utilidade e abundância, com que hoje as rendas que entravam por mercancia saem da França por mercancia.

Os genoveses observaram há pouco tempo que os panos da Inglaterra e da Holanda lhe tiravam o dinheiro da República. Que fizeram? Introduziram uma fábrica deles, emprestando a República aos oficiais e mercadores a quem a encomendaram 150 mil escudos. Tiveram indústria para tirarem obreiros da Inglaterra, e se acham já com tantos panos, e tão finos, que os navegam, com grande utilidade, à Turquia.

A grande riqueza da França procede unicamente de que, tendo muitos frutos necessários a outras nações, procura ter todas as artes que há nas outras nações, para que o dinheiro que entra pelos frutos não saia pelas artes; e passa este cuidado a tanto que el-Rei manda franceses às escolas de pintura e escultura de Lombardia e Roma, dando aos mestres que as ensinam, por receberem obreiros franceses, grossas pensões.

Grócio, embaixador da Holanda na França, deu a el-Rei uma memória em que por miúdas adições do que metiam os holandeses, e do que tiravam da França, mostrava que era tal o valor dos frutos que tiravam que, metendo

muitos, eram ainda assim obrigados a meter 10 milhões de libras em dinheiro, porque nada, ou pouco, do que depende da arte, metiam; e perguntando-lhe eu como recuperavam aquela soma de 10 milhões de libras, disse-me que com o grande interesse que tiravam de navegar os mesmos frutos ao mar Báltico e ao porto de Arcangel em Moscóvia.

São infinitos os exemplos com que pudera provar este capítulo; mas estes bastam para que perguntemos a nós mesmos como poderá ser danosa ao comércio a introdução das artes, que é útil ao comércio de todas as nações e é procurada cuidadosamente por todas como fundamento de sua riqueza. Cuido que não acharemos razão contrária, e que veremos que o nosso descuido neste particular é o dano único do nosso comércio, que, como febre héctica no corpo da República, nos consome e nos perde. Queira Deus que me engane!

Deixo para o fim da primeira parte deste discurso o advertir que os estrangeiros entendem tão bem a perda que terão com a introdução das artes neste Reino que, mandando eu de Paris um mestre de chapéus de castor a Lisboa por ordem do marquês de Fronteira, o cônsul da França lhe ofereceu em Lisboa o perdão de um delito que tinha na França e uma pensão de mais de 200 mil réis, com o que o fez tornar para a França. E procurando D. Francisco de Melo em Londres mandar um tear de meias de seda, não pôde vencer as dificuldades e proibições com que o impediram.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

DAS GRANDES UTILIDADES QUE SE SEGUIRÃO AO REINO PELA INTRODUÇÃO DAS ARTES

Parece que fica provada a grande e precisa necessidade que há de introduzir, ao menos, as artes necessárias no Reino; que não é difícil esta introdução; e que são errados os inconvenientes que se lhe consideram: mas se os grandes males a que esta falta nos expõe não bastarem a nos persuadir aos remédios, bastem as grandes felicidades que se seguirão ao Reino, que reduzirei a cinco pontos, inestimável cada um deles ao bem público. São os que seguem.

1.º) Que a introdução das artes evitará em comum o dano que fazem ao Reino o luxo e as modas.

2.º) Que tirará a ociosidade do Reino.

3.º) Que o fará mais povoado e abundante de gente e frutos, e poderá, sem que lhe faça falta, ter gente para as colônias e para a guerra.

4.º) Que a Portugal, mais que a outra qualquer nação da Europa, é útil e necessária a introdução das artes.

5.º) Que as rendas reais se aumentarão.

Cada uma destas cinco proposições, só per si executada, parece que bastará a fazer o Reino feliz; e sendo certo que com a introdução das artes se executarão todas, quem não dirá que das artes depende a felicidade do Reino?

Vejamos as provas.

CAPÍTULO II

QUE A INTRODUÇÃO DAS ARTES EVITARÁ O DANO DO LUXO E DAS MODAS NOS VESTIDOS E ADORNOS DAS CASAS

Em primeiro lugar, desejo a moderação no uso do vestir e nos adornos das casas, e que nos regulasse neles não a abundância e a vaidade, mas o concerto e a modéstia. A esta moderação dão os filósofos e jurisconsultos preceito, e, o que mais para nós é, os padres da Igreja conselho; mas como a ambição e a vaidade são vícios quase naturais da nossa condição, os preceitos e os conselhos obram pouco conosco. Daqui se segue que o Reino terá grande interesse de que, ainda que haja luxo e gasto supérfluo no vestir e no adornar as casas, não seja danoso ao Reino.

O dano do Reino não consiste em que cem particulares mal governados gastem o patrimônio em adornos e vestidos, se da fazenda que estes gastam se sustentaram 100 mil famílias do mesmo Reino; o dano consiste em que a fazenda que o mau governo de uns consome e dissipa seja alimento e utilidade dos estranhos. As artes obram que aquele dano particular de uns seja utilidade de muitos

no mesmo Reino; e a falta delas, que aquele dano passe de particular a ser mal comum de todo o Reino. A razão é fácil de achar. Se todas as manufaturas e fazendas que consome o uso mal regulado dos vestidos e adornos das casas são obradas no Reino, nele fica o custo delas, repartido por tantas mãos quantas são as por onde correm aquelas fazendas até a tenda do mercador; porém, se são obras estrangeiras, lá vai parar o dinheiro, e lá sustenta aquele número de gente, com a riqueza que pudera ficar no Reino.

Mais me atrevo a dizer. Em um Reino rico e com artes, não só é útil aquele apetite, ainda que seja imoderado, de vestir custosamente e adornar ricamente as casas, mas é necessário e conveniente. Valério Máximo o tem por uma espécie de liberdade: *Quid opus libertate si volentibus luxa perire non licet* (liv. 2, cap. 9, proverb.).

O dinheiro nos Reinos tem a qualidade que tem o sangue no corpo de alimentar todas as partes dele; e para o alimentar anda em uma perpétua circulação, de sorte que não pára senão com a inteira ruína do corpo. Isto mesmo faz o dinheiro: faz que saia das mãos dos pobres a necessidade – o apetite e a vaidade dos ricos. Pelas artes passa aos mercadores; dos mercadores a todo o gênero de ofícios e mãos por onde correm os materiais que põe em obra a arte; destas mãos às dos lavradores, pelo preço dos frutos da terra para sustento de todos; dos lavradores aos senhores das fazendas; e das mãos de todos, pelos tributos, ao patrimônio real. Deste sai outra vez pelos ordenados, tenças, sustento de soldados, armas, fábrica de naus, de edifícios, de fortificações, etc. Quando esta circulação do dinheiro se faz no Reino, serve de alimentar o Reino; mas, quando sai do Reino, faz

nele a mesma falta que o sangue quando sai do corpo humano.

Este exemplo não tem nada de ficção nem de adorno: é natural em uma como em outra parte.

Suponhamos que um príncipe entesoura todo o dinheiro que lhe tributa e rende o seu Estado; é certo que em poucos anos o esgota, e que faltará aos pobres e ricos com que o tributar e alimentar-se. Esta é a razão por que os políticos aconselham aos príncipes que, não tendo em que gastar, e não saindo de minas o seu tesouro, fabriquem palácios: porque, para o dinheiro entrar nas mãos do príncipe, é necessário que saia. A Providência Divina também acudiu a isto, e não quis que se acumulassem todos os bens em uma só mão, porque ordenou que se repartissem por muitas; ordinariamente vemos que o filho do avarento é pródigo, e que o vício dos filhos divide o que ajuntou o crime do pai.

De aqui parece que se segue que não são danosos aos Reinos o luxo e a vaidade dos gastos no vestir e no adornar as casas, quando as fábricas que servem a este uso são obradas no mesmo Reino – antes é utilidade: porque obra que o dinheiro sirva de alimento a muitos.

CAPÍTULO III

AS ARTES EVITAM A OCIOSIDADE

A ociosidade é o inimigo maior e o mais perigoso dos Estados. Em Atenas condenavam os ociosos com pena de morte; Sólon os castigou com a nota de infâmia; o imperador Valente, com a perda da liberdade. Salústio

aconselhou a César, como primeira necessidade do governo, buscar em que ocupar os homens. Cícero afirma que durou a glória em Roma enquanto se observaram as leis contra a ociosidade. Marco Aurélio mandava que todos os homens trouxessem sobre si uma marca da profissão que tinham, e quem a não trazia era obrigado a servir nas obras públicas. Nação houve entre a qual se não dava de ceiar aos moços que não mostrassem o trabalho em que haviam passado aquele dia. Entre os egípcios houve lei que obrigava cada um dos homens a mostrar aos magistrados o de que vivera e em que ocupara a vida aquele ano.

Passou da Antiguidade aos nossos tempos tão aprovado este modo de governo que Filipe II condenou os ociosos a galés. Os chineses não consentem um só ocioso, e buscam ocupação até aos homens a quem as enfermidades podiam isentar legitimamente: porque os que não têm mãos trabalham com os pés, e os que não têm pés, com as mãos; até os cegos trabalham; e de quatro anos de idade buscam este ou aquele trabalho aos meninos. A esta imitação há em Paris um hospital em que recolhem os mendigos e a todos dão ocupação. Em Amsterdã são suspeitas [e condenadas à revelia] como desonestas as mulheres ociosas, de qualquer qualidade que sejam.

Este é o crime da ociosidade, o qual não tem entre nós pena especial. Também cuido que há entre nós muitos ociosos porque não têm em que trabalhar, particularmente as mulheres na maior parte do Reino, e que a quem lhes condenar a ociosidade podem responder como os obreiros do Evangelho: *nemo nos conduxit*. Com a introdução das artes, não poderão dar esta razão os ociosos; e a República, dando ocupação aos vassallos, tem mais direito para castigar a ociosidade deles.

Se toda a lã que há no Reino se lavrar no mesmo Reino, dará sustento e ocupação a infinito número de gente, o que facilmente vê quem lança a consideração às muitas mãos que se ocuparam em cardar, fiar, tecer, tingir, apisoar e imprensar esta matéria (que vendemos crua aos estrangeiros), e, depois de obrada, aos muitos homens que se ocuparam e viveram do contrato dela.

Já disse que só em Samersão se sustentavam e viviam da fábrica das sarjas mais de 10 mil pessoas, cujo gasto passa unicamente a Portugal. Só de fitas há em Paris 1.500 mestres, e alguns que têm 10 teares, porque os mestres não fazem mais que armar os teares; e contando 5 obreiros por cada mestre, se acha que ocupa esta fábrica 9 mil pessoas, sem contar os muitos tendeiros que as vendem, e os muitos homens de negócio que as compram para as mandar a diferentes partes.

O padre Antônio Vieira me disse que conhecera um mercador genovês que dava seda em Gênova e pagava a 2 mil mulheres que por sua conta faziam meias de agulha.

Os portugueses são os mais hábeis para as artes mecânicas que tem a Espanha, e os estrangeiros confessam que são os que melhor e mais facilmente os imitam. No Reino não faltam oficiais daquelas artes cujas obras não se recebem dos estrangeiros, como são pedreiros, carpinteiros e outros; e destes há muitos que passam a trabalhar e ganhar sua vida entre os castelhanos. Da mesma sorte haverá abundância de oficiais e obreiros em todas as artes que de novo se introduzirem, e se ocuparão nelas todos aqueles que a necessidade ou a falta de ocupação faz sair da sua pátria.

CAPÍTULO IV

AS ARTES AUMENTAM O NÚMERO DE GENTE,
E SE POVOARÁ O REINO

O número dos vassallos e a numerosa povoação dos Reinos é a maior felicidade deles e o fundamento mais sólido da sua conservação; como, pelo contrário, tudo falta aos Estados onde falta gente. Esta é a felicidade que prometia Deus ao seu povo pela boca de um profeta: *Dux ego convertar ad vos, et multiplicabo in vobis*; e, pelo contrário, quando lhe propõe castigos, lhe diz: *Remanebitis pauci numero*.

Roma e Atenas entenderam que toda a sua grandeza consistia na cópia numerosa de cidadãos. Assim o vemos na *Política* de Aristóteles e em Platão, nos decretos dos imperadores e no conselho e na decisão de todos os legisladores de uma e outra cidade.

É grande este último bem dependente das artes; pode bastar por prova a experiência do que vemos nos Reinos vizinhos. A Espanha na extensão de terra é maior que a França, e igualmente abundante e fértil; mas na povoação é tão desigual que no ano de 1620 contava Espanha 6 milhões de almas e França 14. Dirão isto procede da fecundidade das mulheres, muito maior nas terras frias. Se isto assim fora, a Polônia, que é maior que a França, tivera mais gente, o que não é. A diferença só consiste em que a França tem mais artífices e mais artes que a Espanha e a Polônia.

Holanda é uma pequena província, cuja terra é só abundante em pastos, defendida contra as inundações com um contínuo trabalho de valas e diques, e possuída desta sorte como a precário; mas é tão povoada que se não acha

outra em igual distância de terreno com igual número de moradores e quem comparar nela os artífices com os lavradores achará 20 artífices para cada lavrador.

O pequeno Estado de Gênova é a parte da Itália em que há mais gente, em igual distância de Paris; e comumente se sabe que o seu mar não produz peixes, e os seus montes nem lenha produzem, e são as artes que a têm rica e povoada, de sorte que é esta a terra de labor, tão celebrada dos autores latinos e tão abundante dos bens da natureza.

Há 64 anos que as fábricas da seda se introduziram na França e no decurso deles cresceram mais de metade em número de casas e moradores as cidades de Lião e Tours, as vilas de Santo Estevão e Chaumont.

Vemos enfim, por experiência, que as terras onde as artes mais florescem são as mais povoadas. Vejamos a razão.

Londres é uma das mais povoadas cidades de Europa; mas a maior parte dos seus moradores são artífices. No tempo das suas guerras civis, quando os obreiros aprendizes tomaram as armas, formaram um corpo a que se não podia opor o resto dos moradores.

João Botero⁵ pergunta qual será a causa por que uma cidade que começou, por exemplo, no ano de 600 com 200 moradores, cresceu a 2 mil até ao ano de 500, e depois de 8 séculos não passou de 2 mil moradores. Parecia, segundo as razões naturais, que havia de crescer em

5 Escritor político italiano (1543-16170), foi secretário de S. Carlos Borromeu. Sua obra mais famosa é *La ragion di Stato*, em 10 livros (1589), em que pretende refutar o *Príncipe* de Maquiavel. A obra a que aqui se refere Duarte Ribeiro de Macedo é *Cause della grandezza e magnificenza delle città* (1589), em 3 livros, menos célebre mas notável pela consideração dos fatos econômicos.

mil anos a 20 mil moradores, ao menos segundo o cálculo de em 2 séculos passarem de 200 moradores a 2 mil. Mas a experiência nos tem mostrado em quase todas as nações do mundo o contrário. A razão é que as cidades não crescem mais que o número da gente que o seu território pode sustentar; e de aqui vem (diz o mesmo autor) que o mundo, em mil anos depois do Dilúvio, teve tanta gente como hoje tem – falando em geral do mundo, e não desta ou daquela província.

Mas contra esta infalível razão de João Botero parece que está uma experiência também certa, e é que vemos muitas cidades, como acima fica mostrado, de território estéril, serem mais povoadas que outras de território fértil; mas este milagre obram as artes, porque o preço delas corre abundantemente à subsistência dos territórios vizinhos, ou dos Reinos estranhos, se é marítimo o lugar onde se trabalham.

CAPÍTULO V

CONTINUA A MESMA MATÉRIA

Vejamos outra razão menos natural. O comum dos homens vive ou da lavoura da terra, ou do trabalho das artes; de sorte que os meios gerais da subsistência dos povos são a cultura da terra e a fábrica das artes; e assim, onde mais se cultiva a terra há mais lavradores, e onde mais se fabrica, mais artífices; mas estes dois meios de subsistência se ajudam tão reciprocamente que não pode haver muitos lavradores onde faltam as artes, e, pelo contrário, há muita abundância destes onde as artes florescem.

Os lavradores cultivam a terra até tirarem dela os frutos que podem gastar e de que podem tirar o necessário para vestir suas famílias e para comprar instrumentos de lavoura, reservando uma porção para tornar à terra; de modo que, vendendo os frutos, restituem o dinheiro às artes, pelas roupas e instrumentos de que necessitam; mas se estas obras da arte vêm de fora, não são os artífices os que lhes gastam os frutos; e o dinheiro que deram por elas passa a ser utilidade dos estrangeiros.

Mas suponhamos que se introduziram as artes na cidade em cujo território vivia este lavrador, e que o número dos artífices aumentou o número dos moradores em mais 2 mil pessoas; cresceu necessariamente o gasto dos frutos; e o lavrador, que, por exemplo, não lavrava mais que 10 moios, porque só a esta quantidade achava gasto, procurará cuidadosamente tirar da terra todos os frutos a mais, cujo gasto lhe segura o maior número de gente da cidade.

Segue-se de aqui que o lavrador que se acha com mais cabedal o restitui mais às artes, porque veste mais limpamente a sua família; e, crescendo na lavoura, compra mais instrumentos para ela; e por consequência os artífices crescerão em número (porque cresceu por este mesmo caminho o gasto das fábricas) e se aperfeiçoarão no trabalho.

Passemos mais adiante. O lavrador que se vê com cabedal passa naturalmente do necessário ao supérfluo; e, vendo na cidade as artes e obras de que se contenta, servindo-se, por exemplo, de bancos até então, compra cadeiras, e ao mesmo tempo e passo todas aquelas coisas que servem mais ao ornato que à necessidade; e de aqui nasce que, achando uns e outros utilidade na vida que

têm, e segura a sua subsistência no trabalho, se aplicam a ele, e se animam todos a ter famílias, e a casar suas filhas.

Para confirmação destes argumentos não se necessita de mais prova. Basta lançar a consideração aos muitos artífices que entre as nações estrangeiras se ocupam em obrar as fábricas que delas recebemos. Suponhamos que há um milhão de pessoas que se sustentam comodamente no Reino; se nele se obrarem aquelas fábricas, crescerá o gasto aos frutos, sustentar-se-á muito maior número de gente, e o Reino logrará a grande felicidade de ser muito mais rico e muito mais povoado.

CAPÍTULO VI

A FALTA DAS ARTES É CAUSA DA FALTA DE GENTE EM CASTELA

A prova maior dos capítulos antecedentes é examinar o dano que causam os desertos com que se acha Castela. D. Sancho de Moncada refere sobre esta matéria coisas que causam horror. Diz que os curas de Toledo deram um memorial a el-Rei, advertindo que faltava naquela cidade a terça parte da gente; porei aqui as mesmas palavras do autor:

“En la carniceria se pesa menos de la mitad de la carne que solia. Y es cosa lastimosa que de sesenta casas de Mayorazgos de à três mil ducados de renta, que solia tener Toledo, nó quedan seis; y de toda Castilla, Andalusia, Mancha, reyno de Valencia, y hasta de Sevilla, todos es despuebls. Y el Padre Fray Diego del Escorial refiere que le dixo el Obispo de Avila que de poco acá falta sesenta y cinco pilas de su Obispado.”

Este é o lastimoso estado da Espanha, tão fértil em outro tempo e tão abundante de gente que refere Júlio Pacense que no tempo de Augusto mandou numerar os vassallos do Império, e se acharam somente em Lusitânia 5 milhões e 68 mil pares de famílias. É observada entre os autores a fecundidade das mulheres portuguesas e os freqüentes partos de três filhos.

As causas que comumente dá o mundo a esta falta são as colônias das Índias, a expulsão dos mouriscos e as guerras da Itália e de Flandres; porém, todas estas causas, na opinião do autor citado, são sem fundamento. Na expulsão dos mouriscos saíram da Espanha 600 mil pessoas, número fácil de restaurar em poucos anos. Há 25 anos que em Nápoles morreram de peste 200 mil pessoas, e hoje se acha este número restituído. Maior número de gente se perdeu na Espanha algumas vezes com peste, e se restaurou brevemente.

Depois da conquista de Granada até ao reinado de Filipe III não houve guerras na Espanha, e no ano de 1600 se começou a sentir a falta de gente. Na França houve 40 anos contínuos de guerras civis, e não se conheceu no último diminuição nos povos; donde se segue que a guerra não pode ser a causa da falta de gente em Castela, assim como não o foi na França.

Também as colônias e os descobrimentos não são a causa; porque, comumente falando, não sai da sua pátria para viver nas alheias quem tem subsistência certa na própria. As inundações de gente, de que temos tantos exemplos na história, sucederam como as inundações dos rios, que saem dos canais a alagar os campos quando as águas não cabem no caminho natural por onde corriam. Quando os godos, os vândalos, os suevos, e mais nações setentrionais, passaram o Reno e o Danúbio, não deixaram desertas

suas pátrias, antes tão povoadas como hoje as vemos. A Nova França, a Virgínia, e as muitas ilhas que têm colônias inglesas e francesas, não diminuem a povoação da França e da Inglaterra.

Outra causa comumente se aponta que são as muitas religiões que há na Espanha; porque Navarrete afirma que havia no seu tempo 70 mil frades. Mas esta não pode ser a causa, por que na França há muito maior número de religiosos e conventos, sem diminuir a povoação daquele Reino.

Todas estas causas podem concorrer para a falta de gente; mas não são as eficazes. D. Sancho de Moncada refuta todas estas causas, com a razão de que são mais antigas que a falta de gente; e conclui que a falta das artes é a única causa dos desertos de Castela: porque, depois de se perderem as artes, faltou a gente.

Esta é a razão, e não pode ser outra. Mas demos a conhecer a causa natural deste efeito. Todas as causas que ficam apontadas não podiam despovoar a Espanha, porque ficaram os muitos meios para se restaurar aquela falta, como é a fecundidade das mulheres e o ter com que alimentar a gente. Logo a falta das artes tirou este segundo meio, e é a causa de se achar na Espanha falta de gente. A menor desta conclusão fica provada por todo este discurso.

Capítulo VII

QUAL É A CAUSA DE SE PERDEREM AS ARTES NA ESPANHA

Dirão que a Espanha sempre teve falta de artes: o que é falso, porque sempre teve as que lhe eram necessárias.

Ainda hoje em todos os Reinos da Europa, quando quem encarecer uma boa seda, dizem que é Granada; e quando um bom pano, dizem que é Segóvia. Sabemos que os catalães tiveram 30 naus com que navegam ao Levante manufacturas espanholas; e hoje, que não têm que navegar, não possuem uma barca. Em Messina há uma casa de consulado que conserva o nome de Catalunha, como em Anvers outra, que conserva o nome de Portugal.

Mas resta saber por que se perderam as artes na Espanha: o que ao menos servirá para conservar as poucas que há no Reino, quando não cuidemos em introduzi-las de novo.

Os descobrimentos das Índias, as grandes colônias que naquela parte se fundaram, a muita gente que naquele vasto mundo se sujeitou e a que foi necessário acudir, foram causa de que se necessitasse de mais roupas e de mais manufacturas do que os artífices da Espanha podiam fabricar, e, por consequência, que os moradores pedissem umas e outras às nações vizinhas; as quais, com a ambição do ouro e da prata por que as comutavam, acudiram a Espanha com mais cópia do que se lhes pedia.

Como as mercadorias estrangeiras eram mais vistas, ainda que na substância falsas, e as davam a melhor preço do que podiam dar os artífices da Espanha, começaram a ter grande gasto, não só nas Índias, para onde foram buscadas, mas na Espanha. Para isto ajudou o ordinário erro com que entendemos que tudo o que vem de fora é melhor. Com este engano foi insensivelmente faltando o gasto a todos os gêneros que se fabricavam na Espanha, e por consequência perdendo-se os artífices, porque não podiam fabricar o que se não gastava; e todos se passaram às Índias a buscar outro modo de vida.

Não se reparou neste dano, que pudera ter fácil remédio no princípio; e ficou a Espanha sem artes e sem os muitos homens que das fábricas e uso delas se alimentavam, e dando às nações estrangeiras, pelas roupas, todo o ouro e a prata que navegavam das Índias.

Quem não dirá que este foi o castigo das crueldades que os castelhanos executaram nos inocentes moradores daquele vasto mundo, e que, despovoando aquelas regiões de seus antigos moradores, caiu sobre eles aquele castigo: *Remanebitis pauci numero?*

CAPÍTULO VIII

QUE A PORTUGAL, MAIS QUE A OUTRA ALGUMA NAÇÃO DA EUROPA, É ÚTIL E NECESSÁRIA A INTRODUÇÃO DAS ARTES

A introdução das artes é útil e necessária a todas as nações do mundo; mas especificamente a Portugal, mais que a nenhuma outra nação: 1.º, porque a falta das artes lhe será mais danosa que a nenhuma outra nação; 2.º, porque a abundância das artes lhe será muito mais útil que a nenhuma outra pela sua situação, e pela incomparável qualidade do porto de Lisboa.

Quanto ao primeiro ponto, se prova facilmente. A nação portuguesa, naturalmente belicosa e ambiciosa, não intentou estender-se e acrescentar o domínio na Europa: ou por guardar a boa fé com os vizinhos, ou porque a destinou Deus, como parece, para outros fins; e, não cabendo nos limites deste Reino, saiu a conquistar e descobrir o mundo, primeiro na África, e depois na Ásia e na América. Nesta última parte possui 800 léguas de costa,

que achamos inculta e bárbara, mas sem dúvida a mais fértil e rica parte do mundo. Nela temos várias colônias, onde em poucos anos de paz cresceram em número os habitantes, e ao mesmo passo que cresceram necessitaram de todo o gênero de roupas e manufaturas da Europa, dando a troco tudo o que a cultura tem até agora descoberto, e todas as riquezas que o tempo e a indústria podem descobrir. Se as obras de que necessitarem forem estrangeiras, será dos estrangeiros a utilidade que a nossa indústria descobrir nelas e o nosso trabalho cultivar, e viremos a ser no Brasil uns feitores das nações da Europa, como são os castelhanos, que para elas tiram das entranhas da terra o ouro e a prata.

A experiência nos tem mostrado isto mesmo em Moçambique, ou nos rios de Sena. Aquela vasta e riquíssima região que possuímos sem a conhecer necessita de roupas, pelas quais nos comuta ouro e marfim, que por elas recebemos; e porque as roupas são da Índia, para a Índia vai todo o ouro e o marfim que por elas se recebe.

E, por última conclusão, a introdução das artes há de obrar que sejamos senhores úteis do Brasil; e a falta delas, que seja das nações da Europa o domínio útil daquele Estado.

Este Reino tem para a introdução das artes duas qualidades específicas, que não convêm a nenhum outro. A primeira é que correrá a ele por caminho mais natural todo ou maior parte do dinheiro que corre de Castela para as mais nações de Europa, porque 100 léguas de continente, com que estamos unidos a ela, serão outras tantas portas para entrarem as fazendas lavradas a tanto melhor preço quanto se poupará de fretes, câmbios, seguros, piratas e riscos do mar, e os castelhanos têm um

grande interesse nesta parte, porque é certo que os estrangeiros lhe fazem guerra com o seu ouro, e que nós, sendo invadida a Espanha, acudiríamos a defendê-la com o nosso. Tão cega é a sua paixão e tão mal entendida neste particular, que defende de nós com maior cuidado o seu comércio que das mais nações da Europa.

A segunda utilidade específica é o porto de Lisboa, que corre como causa sem questão entre os autores que tratam esta matéria ser um dos dois melhores portos do mundo, que são Lisboa e Constantinopla; e por conseguinte estas duas cidades unicamente capazes de serem os maiores dois empórios do mundo. Ambos são igualmente grandes e seguros. Constantinopla está entre dois mares, situada na Europa, vizinha da Ásia, e não distante da África; porém, a situação de Lisboa é incomparavelmente melhor, porque está no oceano, e 60 léguas às portas do Mediterrâneo. Antes que dobrássemos o cabo da Boa Esperança, e antes que se descobrisse a América, se poderia considerar Constantinopla em melhor situação a respeito do mundo conhecido; mas, depois que pelos mares se comunicou o Ocidente com o Oriente, depois que se descobriu um novo mundo, Constantinopla é o melhor porto do Mediterrâneo, mas Lisboa o melhor porto do mundo.

Isto suposto, o comércio se faz ou pelas produções da natureza, ou pelas obras da arte. O Reino é abundante de produções da natureza; mas porque a Providência as dividiu pelos climas, Lisboa as pode receber de todos, e mandar de uns a outros mais fácil e comodamente que nenhum outro lugar do mundo. O que lhe falta são as artes. Se tiver obras de arte em igual abundância às produções da natureza, será senhora do comércio do mundo.

Amsterdã é uma cidade que está oito meses no ano coberta de neve, e que tem quatro canais e portos gelados. As entradas necessitam de que se limpem todos os anos, e se abram. Todos os ventos rijos lhe são contrários, e poucos brandos lhe são favoráveis; mas todos estes defeitos naturais supriu a indústria e o trabalho dos homens, de sorte que Amsterdã, com as artes e o comércio que tem, se fez porto célebre e riquíssimo.

Londres tem uma ribeira capacíssima, e é corte e cabeça de um grande Reino; mas o que a faz grande e populosa são as artes, de sorte que sem elas seria uma aldeia em que assiste um Rei e sua corte.

Muitos entendem que a causa da grandeza de Paris procede de ser cabeça de um grande Reino, e assistir nela a corte; mas vemos que Madri é cabeça de um grande Reino, e assiste nela um grande Rei, e é contudo uma aldeia, comparada com Amsterdã, Londres e Paris.

A riqueza e a grandeza de Paris procedem de ser universidade de toda a Europa. As ciências, as artes liberais e as mecânicas se ensinam e obram em Paris com tanta perfeição que nos colégios e academias estudam e aprendem 2 mil cavalheiros das nações vizinhas, entre os quais há comumente príncipes de casas soberanas. As obras da arte são tão estimadas que eu vi fazerem-se carroças, paramentos de camas e adornos de casas para o Imperador, quando casou, para el-Rei de Dinamarca, para o duque de Brunswick, e pedirem-se sedas a Paris para gala em casamentos dos grandes de Roma e dos nobres de Gênova. Estes são os grandes efeitos que procedem do uso e da abundância das artes mecânicas. Se ajuntarmos em Lisboa as singulares prerrogativas da arte às da natureza, que bastavam a fazer dela uma das maiores cidades de Europa, será sem dúvida a maior do mundo.

CAPÍTULO IX

QUE A INTRODUÇÃO DAS ARTES
FARÁ CRESCER AS RENDAS REAIS

É possível a prova e a consequência infalível de tudo o que temos dito. Tudo o que fizer crescer, com a introdução das artes, o número de gente, aumentará a renda real nos anuais de que se tiram tributos; porque os tributos crescem no mesmo tempo e passo que se aumenta o número das pessoas que tributam. O peso que levam poucos, dividido por muitos é mais fácil de levar, e pode ser maior. As casas de fruta, carnes, pescado, vinho, etc., que renderem, por exemplo, 300\$000 réis com 100 mil moradores, hão de render por consequência certa 600\$000 com 200 mil moradores.

Dirão que há de diminuir a renda na alfândega, por falta das entradas das fazendas estrangeiras; esta diminuição não se pode comparar com as utilidades que ficam apontadas, além de que se dobra e multiplica por outros caminhos. Suponhamos que toda a lã que há no Reino se fabrica nele; quando da mão do lavrador até a do alfaiate não pague mais de cinco por cento, dobra o que a falta das entradas pode diminuir. Este mesmo argumento serve para todas as outras matérias, além de que a fábrica é fácil e necessária, e de que se pode fazer estanque com grande utilidade do patrimônio real.

CAPÍTULO X

CONCLUSÃO DESTE DISCURSO

Seja conclusão deste discurso um lugar da Escritura nos Provérbios, a favor das artes. Faz o sábio um retrato da mulher forte, e diz que buscou lã e linho, e fez fábrica de uma e outra matéria; fez a sua casa uma nau de mercadorias, que traz o sustento e riquezas de partes remotas; achou gosto e proveito no seu trabalho; fez roupas que vendeu, depois de ter dado a todos os seus domésticos dois vestidos.

Um Reino é uma grande família: se nele se obrar o que fez a matrona na sua casa, se seguirá infalivelmente que as riquezas que imos buscar por tantos perigos a tão diversos climas ser patrimônio do mesmo Reino. Seremos muitos em número, única felicidade das monarquias. Cultivaremos uma terra fertilíssima, que há de pagar os benefícios que lhe fizermos com abundantes frutos. Teremos gente para as colônias, para as armadas, daremos ocupação aos sujeitos e desterraremos da República a ociosidade, mortal inimiga da sociedade civil. Faremos Lisboa o mais rico empório do mundo, depósito e escala de todo o comércio dele. Crescerá o patrimônio real com o maior número e maior riqueza dos vassalos. Não se rirão de nós os estrangeiros, que comumente nos estimam por índios da Europa, e conseguiremos a felicidade que logrou no fim do seu trabalho a mulher forte.

Paris, último de abril de 1675.

RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Com essa coleção a SEGESTA EDITORA visa divulgar no Brasil obras inéditas de autores que são considerados fundamentais na formação do pensamento econômico e que, pela abordagem universal das questões, muito podem enriquecer o debate sobre os grandes temas econômicos da nossa época.

Convém salientar que as obras da coleção RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO são cuidadosamente editadas na sua integridade.

Neste mesmo projeto editorial, já publicamos:

- *Da moeda* (1751), de Ferdinando Galiani (Co-edição com a Musa Editora)
- *Economistas políticos*. Escritos de Adam Smith, William Petty, Nicholas Barbon, Pierre de Boisguilbert, Benjamin Franklin, Encyclopédie de Diderot e D’Alembert, Turgot e David Ricardo (Co-edição com a Musa Editora)
- *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral* (1755), de Richard Cantillon
- *Breve tratado das causas que podem fazer os reinos desprovidos de minas ter abundância de ouro e prata* (1613), de Antonio Serra
- *Diálogos sobre o comércio de cereais* (1770), de Ferdinando Galiani
- *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* (1355), de Nicole Oresme
- *Tratado mercantil sobre a moeda* (1683), de Geminiano Montanari

Próximo lançamento:

- *Novos princípios de economia política* (1819), de Jean-Charles L. Simonde de Sismondi

Mais informações estão disponíveis no site da editora:

www.segestaeditora.com.br

O e-mail é: segesta@uol.com.br

Este livro foi composto a partir de tipologias da família Garamond.
Impresso na Gráfica Vicentina para a Segesta Editora.
Curitiba, outubro de 2007.